

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Centro Acadêmico do Agreste - CAA

Núcleo de Gestão

Bacharelado em Ciências Econômicas

**MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:
FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES ENTRE
AS DÉCADAS DE 1940 E 1980-2000**

MARIA EDNA ARRUDA DO NASCIMENTO PEREIRA

CARUARU-PE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Centro Acadêmico do Agreste - CAA

Núcleo de Gestão

Bacharelado em Ciências Econômicas

**MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL:
FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES
ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1980-2000**

Monografia apresentada por Maria Edna Arruda do Nascimento Pereira, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Economia, sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins.

CARUARU-PE

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

P436m Pereira, Maria Edna Arruda do Nascimento.
Mercado de trabalho no Brasil: formação, desenvolvimento e transformações entre as décadas de 1940 e 1980-2000. / Maria Edna Arruda do Nascimento Pereira. - Caruaru: O Autor, 2016.
60f. il. ; 30 cm.

Orientador: André Luiz de Miranda Martins.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2016.
Inclui referências bibliográficas

1. Mercado de trabalho - Brasil. 2. Economia brasileira. 3. Estruturação. I. Martins, André Luiz de Miranda. (Orientador). II. Título

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2016-008)



Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Departamento de Economia



**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE MONOGRAFIA NA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECÔNICAS DE:**

MARIA EDNA ARRUDA

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a candidata **Maria Edna Arruda APROVADA.**

Caruaru-PE, 18 de Dezembro de 2015.

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
(Orientador/ UFPE/ CAA)

Prof. Msc. Bruno Tadeu Lopes S. de Moura
(UFPE/CAA)

Prof. Dr. Atenágoras Oliveira Duarte
(UFPE/CAA)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que é o meu Senhor, meu Refúgio e minha Fortaleza, que ilumina a minha vida. Dedico aos meus pais, que me educaram, e me incentivam a ser uma pessoa de bem, e buscar os estudos ao qual eles não tiveram a oportunidade. Quero agradecer principalmente a minha mãe que me ajudou quando eu mais precisei. Dedico especialmente a minha filha Maria Cecília, que embora nasceu no período do curso, ela não dificultou o caminho a ser percorrido, por outro lado, ela me incentivou a buscar um melhor futuro para ela, e é isso que irei buscar todos os dias de minha vida. Quero dedicar também ao meu marido que sempre esteve ao meu lado, cuidando da nossa filha enquanto eu estudava, e me incentivando a seguir a minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as minhas irmãs (Fátima, Graça, Izabel, Aparecida e Gorete) que me incentivaram e ajudaram de alguma forma, nos meus estudos. Aos meus irmãos.

As minhas amigas (que são como irmãs) Aline, Fanielly, Melyssa e Joseane pela ajuda nos estudos durante todo o tempo da faculdade. A Aline principalmente que me auxiliou no período em que eu mais precisei me ajudando como podia.

Aos meus professores que tenho profunda admiração e respeito: André Martins, pela paciência que teve comigo, por ter aceitado ser meu orientador, por ter me ajudado a concretizar este trabalho; Lucilena Castanheira, pela ajuda e pelos conselhos que me deu, sendo gentil e firme para que eu não desanimasse diante das dificuldades, que me ajudou quando mais precisei.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

O mercado de trabalho urbano brasileiro tem sua formação na agricultura, mais precisamente após o fim da escravidão, os escravos e imigrantes forneceram a mão-de-obra necessária a indústria nascente. A partir de 1930 a indústria tomou impulso através do Programa de Substituição de Importações (PSI) no governo de Getúlio Vargas, em paralelo se desenvolvia o mercado de trabalho urbano, que no período de 1930 a 1970 tem sua estruturação, com elevados índices de emprego e desenvolvimento da economia, bem como as principais conquistas trabalhistas constam desse período.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1970, o mercado de trabalho começa a sofrer em sua conjuntura. A crise de 1980 produziu um efeito negativo no mercado de trabalho, o desemprego começou a elevar-se, o governo para pagar suas dívidas, tentava obter superávits na balança comercial. Diante das dificuldades, a inflação foi a mais difícil de combater, vários planos foram submetidos na economia, mas nenhum conseguiu acabar com a inflação. O cenário de completo desastre econômico ainda estava por vir, a década de 1990, essa década foi inaugurada por planos de cunho liberal, que promoveram os maiores índices de desemprego na história do mercado de trabalho, embora conseguira aplacar a inflação. Portanto, as décadas de 1980 e 1990 promoveram a desestruturação do mercado de trabalho urbano.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Economia brasileira. Estruturação e desestruturação.

ABSTRACT

The Brazilian urban job market has your formation in the farming, even more after the end of slavery, the slaves and immigrants provided the labor necessary for the source industry. Starting in 1930 the industry took off through the Programa de Substituição de Importações (PSI) in the Getúlio Vargas government, in parallel develops the urban job market, in the period of 1930 to 1970 has your organization, with high employment rates and economic development, as well as top labor achievements contained in this period.

However, from the second half of 1970s, the job market starts to suffer in your conjuncture. The 1980 crisis had produced an negative effect in the job market, the unemployment starts to increase, the government to pay your bills, try to get surpluses in the trade balance. Against the difficulties, the inflation was a most hard to combat, many plans were submitted in the economy, but none got end with the inflation. The set of complete economic disaster still was coming, The 1990s, this decade was open by liberal slant plans, that promoted the higher rates of unemployment in the history of the job market, while managed appease the inflation. Therefore, the 1980s and 1990s promoted the disruption of the urban job market.

Keywords: Job market; Brazilian Economy; Organization and Disruption.

SUMÁRIO

I CAPÍTULO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Objetivos	
1.1.1. <i>Objetivos Gerais</i>	10
1.1.2. <i>Objetivos Específicos</i>	11
1.2. Breve Descrição Sobre a Formação do Mercado de Trabalho Brasileiro.....	11
1.2.1. <i>Mercado de trabalho na economia cafeeira</i>	13

II CAPÍTULO

2. ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO URBANO BRASILEIRO.....	16
2.1. Governos populistas	18

III CAPÍTULO

3. ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: GOVERNO MILITAR.....	24
--	-----------

IV CAPÍTULO

4. ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: INÍCIO DA DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO URBANO; FIM DO GOVERNO MILITAR.....	32
4.1. Redemocratização do país.....	35

V CAPÍTULO

5. ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO URBANO.....	39
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	57

I CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro tem sofrido diversas transformações ao longo do tempo, desde o início da industrialização até os dias de hoje. As transformações forçaram os trabalhadores a se adaptarem a determinadas conjunturas, muitas vezes desfavoráveis aos agentes econômicos, que implicaram na heterogeneidade do mercado de trabalho. Dentre outros países o mercado de trabalho urbano brasileiro surgiu recentemente, impulsionado pela crise de 1929, que encerrou a trajetória de importância do café para a economia. A legislação sobre as formas de trabalho eram escassas nesse período, expondo diversos crimes contra os trabalhadores na época. Somente no governo de Vargas, mas precisamente com a CLT (1943), é que se tem uma legislação que permitia uma proteção ao trabalhador. As políticas econômicas heterodoxas e ortodoxas produziram efeitos, pressionando este mercado a sofrer mutações como a informalidade, iniciada na década de 1980, como forma de sobrevivência dos trabalhadores as condições impostas diante de uma crise, e de políticas econômicas desfavoráveis a classe trabalhista.

A análise da evolução do mercado de trabalho brasileiro abrange não somente o período estipulado, mas o período em que marca a formação do mercado de trabalho, até a década de 1990, descrevendo as políticas econômicas e os impactos no mercado de trabalho urbano brasileiro. Além de tentar explicar os fatores que levaram o mercado de trabalho a estas oscilações, e o que elas demonstram.

A dimensão e a complexidade do mercado de trabalho abordada por vários autores são de imensa relevância para o meio acadêmico, mas poucos autores seguem uma série histórica, demonstrando as oscilações. Os autores escolhidos possuem diferentes pontos de vista em relação ao assunto, onde tentarei mostrar suas opiniões em seus principais trabalhos, reunidos neste presente trabalho. Contudo, apresentando uma série histórica se torna mais fácil uma pesquisa ou análise, de interessados no assunto, de como foi a evolução do mercado de trabalho.

1.1. OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Este trabalho tem como objetivo geral identificar os movimentos de estruturação e desestruturação do mercado de trabalho urbano brasileiro, e a conseqüente influência das políticas intervencionistas e liberais no mercado de trabalho. O que se propõe é identificar e descrever o que causou esse efeito sanfona que o mercado de trabalho urbano sofreu ao longo dos anos a serem analisados.

1.1.2 Específicos

- A. Verificar e descrever como ocorreram os processos históricos através de revisão bibliográfica.
- B. Identificar os fatores que levaram o mercado de trabalho brasileiro a estas oscilações, analisando as informações obtidas através de dados secundários, como por exemplo, a PEA (População Economicamente Ativa), entre outros.

1.2. BREVE DESCRIÇÃO DA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A formação do mercado de trabalho brasileiro, na sua forma capitalista¹, tem como base os escravos, imigrantes e os nacionais livres (homens brancos livres e pobres, negros alforriados, mestiços, etc.), eles forneceram a mão-de-obra necessária para o processo de industrialização do país. Para alguns a formação do mercado de trabalho tem como data marcante o ano de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz², que decretou o fim do tráfico negreiro, e permitiu a abertura do processo de abolição da escravatura no Brasil. (KIRDEIKAS, 2003)

Ainda segundo o autor, o mercado de trabalho se formou tendo como base os escravos, os imigrantes e os nacionais livres. O escravo, vindo do processo da abolição da escravatura, ingressou no mercado de trabalho livre. Enquanto os imigrantes e os nacionais livres foram muito importantes na consolidação do mercado de trabalho brasileiro fornecendo mão-de-obra

¹ Se refere ao trabalho assalariado, onde o trabalhador que não é detentor dos meios de produção e se ver forçado a vender sua força de trabalho em troca de um salário. A força de trabalho comprada será incorporada ao capital no processo de produção, dando origem a mais-valia. Sem a mais-valia não haveria as relações e nem o processo de produção capitalista (COLMÁN, POLA: 2009, p. 3).

² Vale lembrar que o que motivou essa lei, foi por crescentes pressões e ameaças por parte da Inglaterra, que pretendia por fim ao tráfico negreiro, por meio da Lei *Bill Aberdeen*, onde a Inglaterra concedia a si própria o poder sobre os navios que realizavam o tráfico negreiro da África para o Brasil. (SANTOS, A., 2013)

necessária para os cafezais e para a indústria nascente. Ambos vendiam sua força de trabalho para sua própria subsistência.

Dando continuidade à abordagem sobre o mercado de trabalho brasileiro, DEDECCA (2005, p. 95 e 96) cita duas leis que tiveram grande importância e foram determinantes no surgimento do mercado de trabalho livre:

Em 1850, uma Lei dispôs sobre a titulação das terras ocupadas, definindo a propriedade privada das mesmas. Essa regulamentação reconheceu a propriedade das terras do regime de sesmarias, devendo as demais ser destinadas pelo Estado à propriedade privada, através de uma compensação financeira estipulada pelo mesmo. Essa particular forma de estabelecimento da propriedade privada garantiu a posse de terras oriunda do ciclo açucareiro e do ouro, as quais incorporavam grande parte da reserva de força de trabalho existente no país. Quando da passagem para o trabalho livre, essa população foi impedida de ter acesso a terra para se ocupar, sendo obrigada a se subordinar ao trabalho no latifúndio. É fato que a ocupação de terras foi observada através de um movimento de ampliação sistemática da fronteira agrícola. Contudo, essa ocupação se fazia de modo precário e sem respaldo legal do Estado, ficando a população exposta recorrentemente à expulsão para as novas zonas de fronteira. Pode-se afirmar que o modo de regulação da propriedade privada da terra impediu o seu acesso aos trabalhadores livres, constituindo-se a raiz do problema agrário no país e o instrumento básico para a subordinação do trabalho (Carvalho Franco, 1983: 186 e 187).

Devido a essa Lei os trabalhadores livres não tinham acesso a terra, e com isso eram submissos aos grandes proprietários de terra, vendendo sua força de trabalho para garantir a sua própria subsistência, tanto no auge do ciclo cafeeiro como na indústria que ainda iria surgir. Mas com o surgimento do trabalho assalariado no Brasil foi criada uma nova lei para garantir a propriedade do dono dos meios de produção permitindo ao proprietário desfazer o contrato mediante as cláusulas ali contidas.

A outra lei que merece menção é a de 1879, que regula a relação de trabalho no regime de colonato e parceria (Lamounier, 1988). Esse dispositivo garantia ao proprietário da terra romper o contrato de produção de maneira unilateral. A lei reconhecia o caráter privado da relação de trabalho, dando autonomia ao proprietário no estabelecimento do contrato (Dedecca, 2005, p. 95 e 96).

Após o fim do ciclo de açúcar, surgiu um novo produto primário na cesta de exportação do Brasil, o café. Um produto de grande importância, e de grande demanda internacional na

época, que segundo Santos (2008) o café brasileiro correspondia a pouco mais de 55% da produção mundial de café entre 1880 e 1889. Esse desempenho do setor cafeeiro seria determinante no mercado de trabalho, pois as políticas tanto do governo como as decisões dos cafeicultores tomadas durante o período, para proteção desse produto iria influenciar diretamente sobre a economia.

1.2.1. Mercado de trabalho na economia cafeeira

De acordo com Vieira (2002) o processo de abolição da escravatura, e da expansão das lavouras de café no estado de São Paulo, a mão-de-obra se tornou cada vez mais escassa. Diante disso, os europeus de diversos países que procuravam viver de uma forma mais digna, se aventuraram pelo oceano atlântico em busca de prosperidade. Quando aqui chegaram encontraram os mais diversos empregos, onde sua maior contribuição foi no campo e na indústria que nasceria. Com a chegada dos imigrantes necessitou-se de uma regulamentação para o trabalho, o que culminou na Lei de 1879 de colonato e parceria. Já na época dessa lei vigorava o trabalho assalariado, ela vinha como ferramenta de assegurar a propriedade privada do dono da fazenda de café. Nesse regime de colonato e parceria o detentor da força de produção era os imigrantes e o detentor dos meios de produção era o fazendeiro. O trabalho na lavoura de café desempenhado por imigrantes era muito parecido com o trabalho escravo.

A organização de produção nesse regime segundo (VIEIRA, 2002, p. 6-7) era:

Nesse sistema assalariado, que perdurou praticamente até o Estatuto da Terra de 1964, a renda do trabalhador na fazenda de café provinha de uma soma para cuidar de 1000 pés de café, geralmente com 4 carpas anuais, uma quantia determinada por alqueire colhido, oscilando essa conforme o preço do café no mercado exportador. Continuava, pois, o trabalhador diretamente interessado no volume da colheita, como o fora nas colônias de parceria, onde a remuneração provinha da divisão do produto da colheita entre colono e fazendeiro.

Essa intensa imigração foi possível devido ao financiamento do Estado paulista, que era responsável pela ajuda no pagamento das passagens dos imigrantes, de acordo com Santos (2006, p. 29), o Estado paulista gastou o equivalente a US\$4.507.400 milhões para promover a imigração entre 1883 e 1891. Além da criação de uma organizada coordenação, por parte dos fazendeiros, para fazer propaganda no exterior das oportunidades que haveria no Brasil.

Era importante que no caso dos imigrantes as famílias viessem juntas, pois seria mão-de-obra adicional, e que essas famílias não tivessem recursos financeiros, para ficarem dependentes dos fazendeiros (Gonçalves, 2014, p. 289-290).

De acordo com Vieira (2002, p.9) somente durante vigência do império chegaram a São Paulo 157.000 mil imigrantes italianos. Entre 1890 e 1929 foram cerca de 2.000.000 milhões de imigrantes de várias nacionalidades recebidos em São Paulo, correspondia a aproximadamente 57% do total recebido pelo país na época, dessa quantidade de imigrantes em São Paulo 694.489 mil eram italianos.

Conforme Santos (2008, p. 11), a economia cafeeira recebeu também a mão-de-obra vinda das plantações de açúcar do nordeste do Brasil em virtude do fim do ciclo do açúcar. Muitos escravos foram vendidos para a região sudeste, a fim de abastecer a demanda que se criava. Mas em virtude da crescente demanda e do fim do tráfico de escravos em 1850, os preços dos escravos subiram, fazendo com que se diminuíssem os lucros dos fazendeiros, e aumentassem a procura por escravas, pois elas poderiam reproduzir-se.

Com a proclamação da república em 1889, o café tornou-se ainda mais importante nesse período, onde se tem a política “café com leite”, onde os presidentes eram do Estado de São Paulo (café) ou do Estado das Minas Gerais (Leite). Portanto, o café ditava como a economia deveria seguir, para assegurar os lucros exorbitantes desses produtores.

Conforme Santos (2008) o café se tornou política central do governo da época imperial até a crise da economia cafeeira no governo republicano. Isso contava com isenções de impostos, políticas econômicas e compra de parte da produção do café, tudo para assegurar os lucros dos cafeicultores. Os donos das fazendas de café tinham grande influência no governo, e isso asseguraria os interesses dos mesmos. Quando o presidente Campos Salles conseguiu em 1902 a deflação, os cafeicultores foram prejudicados pelo câmbio, que tinha uma valorização, fazendo com que reduzi-se os lucros e o ganho do preço do café internacionalmente, causando revolta entre os cafeicultores, culminando com o Convênio de Taubaté.

O Convênio de Taubaté (1906) foi um acordo entre o governo brasileiro e os cafeicultores para que o primeiro assegure-se os interesses do último, ou seja, fazendo-se uma política de proteção do preço do café, o principal instrumento era a desvalorização cambial. Atrasando-se ainda mais o desenvolvimento econômico do país.

Tabela 1: Brasil: Nível de Colheita do Café entre 1890-1930 (mil toneladas)

Safras	Sacas Colhidas
1890/91	3.000
1904/05	7.200
1929/30	19.484

Fonte: VIEIRA (2002, p. 8) Elaboração Própria

Em virtude dessa proteção, aumentou ainda mais a oferta de café, onde a demanda não seguiu a mesma trajetória, foi o primeiro sinal de superprodução, onde o governo assegurou a desvalorização do câmbio e a compra de parte da produção. Mas com a crise de 1929, que estourou nos Estados Unidos, que era um dos grandes importadores do café brasileiro, culminando na queda da bolsa de valores de Nova Iorque, a economia voltada para a proteção do café teve seu fim. Diante disso surgiram movimentos sociais e políticos contra a política da defesa do café, onde nas eleições de 1930, foi o embate de ideologias entre Getúlio Dornelles Vargas, que era contra essa política, e Júlio Prestes, o candidato que representava os cafeicultores. Vargas perdeu a eleição. Quanto a esse período, Cano (2012, p. 16) nos diz:

[...] o último governo da Antiga República atravessou 1929 e 1930, em plena crise interna e externa, exercendo uma ortodoxa política econômica e tentando manter a conversibilidade da moeda nacional. Isto, evidentemente, aprofundou a crise, esgotou em absoluto nossas reservas de divisas e intensificou os conflitos políticos já aquecidos pelas sequelas das eleições de março de 1930.

Diante dos acontecimentos Vargas iniciou com os aliados uma revolução, que ficou conhecida pela Revolução de 1930, e tomou o governo. Portanto, ele teria que lidar com a crise buscando soluções. De acordo com Pandolfi (1999, p. 119) Vargas diante da crise cafeeira atuou de três formas, primeiro: ele conseguiu um empréstimo de bancos ingleses (20 milhões de libras) para poder comprar a safra de 1929/30; segundo, ele ordenou a queimada de toneladas de café de qualidade inferior, para manter o preço do produto, que despencava internacionalmente; por último, o governo buscou novas divisas para a venda do café brasileiro.

2. ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO URBANO BRASILEIRO

Em virtude da crise de 1929 o Estado brasileiro sob o regime de governo tomado por Getúlio Vargas em 1930, adotou o Programa de Substituição de Importações (PSI) que visava uma industrialização do país por etapas, onde o Estado teria o papel de agente fundamental para a modernização econômica e também social. Conforme Sousa (SD) a agricultura ficou a margem, diante da nova orientação econômica, e a mão-de-obra cafeeira foi para as cidades em busca de novas oportunidades. Esse excesso de trabalhadores gerou um desequilíbrio entre a oferta e demanda por emprego, fazendo com que houvesse baixos salários em determinados períodos, “deixando uma herança negativa no mercado de trabalho urbano”. Cardoso Jr (2000, p. 206) afirma que os processos de industrialização e urbanização dos anos 30 constituíram um perfil estruturante para o mercado de trabalho.

A partir do governo de Vargas é possível visualizar uma integração entre o mercado de trabalho e as atividades econômicas, permitindo um desenvolvimento conjunto.

De acordo com Luz (2010), em 26 de novembro de 1930 através do decreto nº. 19.433, Vargas criou o Ministério do Trabalho e três meses depois criou o Departamento Nacional do Trabalho³. O autor também destaca que fatores internos e externos⁴ foram algumas das principais causas do surgimento do direito do trabalho no Brasil.

A industrialização sendo instalada aos moldes do pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), Vargas buscou proteger a indústria nacional, diante dos problemas internacionais na época, de acordo com a “orientação nacional-desenvolvimentista”. A opção por este segmento foi uma resposta que o governo encontrou para conduzir a economia para novos patamares (PANDOLFI, 1999, p. 121). Tudo isso, permitiu uma expansão notável da indústria brasileira, concentrada na região Sudeste, na

³ Tinha por finalidade fiscalizar e informar, além de garantir a organização do Ministério do Trabalho (LUZ, 2010).

⁴ “Os fatores advindos de outros países, caracterizados como de origem externa, levaram o Brasil, de algum modo, a editar leis trabalhistas, especialmente através de reflexos oriundos das transformações ocorridas na Europa e a crescente elaboração legislativa de proteção aos direitos do trabalhador em diversos países. Acredita-se ainda, que o compromisso internacional assumido pelo Brasil após integrar à organização internacional do trabalho, criada pelo tratado de Versalhes em 1919, que tinha como proposta a observância das normas trabalhistas, também de fato contribuiu para o desenvolvimento brasileiro no que se refere à legislação trabalhista. No que se diz respeito às influências internas, pode-se mencionar o “movimento operário”, o qual teve a participação de imigrantes com inspirações anarquistas, destacado pelas diversas greves realizadas em fins de 1800 e início de 1900[...]” (LUZ, 2010).

década de 1930 que antes era 1,3% e após 1933 passa para 11,3%, enquanto a agrícola mostra uma queda, devido aos poucos ou quase nenhum incentivo a agricultura (ver tabela 2).

Tabela 2: Brasil: Taxa de crescimento da produção anual da produção agrícola e industrial - 1920-1939

	1920/29	1929/33	1933/39
Produção agrícola	4,1	2,4	2,0
Produção industrial	2,8	1,3	11,3

Fonte: Vilella & Suzigan, 1973:180. Apud. (PANDOLFI, 1999, p. 122) Elaboração Própria

Durante o governo de Vargas foi criado às principais conquistas do mercado de trabalho e para o desenvolvimento do projeto industrial, tais como: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério da Educação e Saúde, foi instituído o salário mínimo⁵, criação da Justiça do Trabalho, nacionalização das empresas, redução da jornada de trabalho, férias remuneradas, entre outros. Tudo isso, permitia ao Estado a intervenção através da regulamentação do trabalho, para manter a normalização e utilização, além de orientação das forças produtivas do país e também a sua organização sindical, além de proibir a greve. Getúlio instituiu algumas dessas medidas através da Carta de 1937 (CARVALHO, 2010, p. 25). Para produzir insumos para a indústria, Vargas criou a Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, entre outros.

Segundo Silva (2005) diante de conflitos trabalhistas entre os trabalhadores e seus empregadores, o governo transferiu o poder de mediação e solução desses conflitos para a Justiça do Trabalho, que antes pertencia ao sindicato.

Quanto às greves, Vargas tratou de dificultar, as ações dos sindicatos:

O governo Vargas impediu formalmente que a ação sindical estabelecesse uma dinâmica autônoma da negociação coletiva que pudesse favorecer a difusão dos direitos legais. Ao tutelar os sindicatos, transformou a negociação coletiva em um instrumento burocrático, reconhecendo o direito privado das empresas na gestão cotidiana das relações de trabalho. Ao mesmo tempo que articulou toda uma extensa regulação do mercado e das relações de trabalho, Vargas atuou no sentido de coibir os mecanismos que pudessem transformá-la em realidade para os trabalhadores brasileiros (DEDECCA, 2005; p. 100).

Em 1937, o então presidente Getúlio Vargas dissolve o congresso através de um golpe de Estado, destituindo a Constituição de 1934, e criando a Carta de 1937, período chamado

⁵De acordo com Pochmann (2001, p. 132), a criação do salário mínimo tinha como “objetivo a correção das injustiças promovidas pelo desenvolvimento industrial, incorporando ao mercado de consumo aqueles que se encontravam no limite da pauperização”.

Estado Novo (1937 a 1945). Em 1 de maio de 1943, é criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) uma ampla legislação para regular⁶ as relações de trabalho urbano, ficando de fora a agricultura (DEDECCA; 2005; pg. 100). No regime do Estado Novo tornou-se possível inserir “o marco legal das relações de trabalho” urbano, e somente nos anos de 1960, foi estendido para a agricultura (POCHMANN, 2001, p.150).

De acordo com Silva (2005) na CLT estava contido: a proibição de empregar pessoas com menos de 14 anos, proteção contra acidentes ocorridos no ambiente de trabalho, indenização por demissão sem justa causa, obrigatoriedade de remuneração de hora extra, entre outros. Portanto a CLT seria a declaração de cidadania do trabalhador.

De acordo com Cardoso Jr. (2000) a partir da CLT tem-se o crescimento de trabalhadores assalariados formais ao longo dos anos, além de ser verificado que eram uma condição privilegiada na época aqueles que estavam acolhidos pela legislação trabalhista.

No governo de Eurico Gaspar Dutra não houve avanços significativos para mercado de trabalho. De acordo com Pochmann (2001) houve repressão por parte do Estado nesse período contra os movimentos sindicais, reduzindo o número de greves e de sindicalização. Bastos (SD) destaca as duras críticas feitas por Vargas contra o governo de Dutra no ano de 1947 e posteriormente no ano em que se elegeria presidente. Uma dessas críticas ocorre no tocante ao congelamento do salário mínimo e a perda do poder de compra, bem como o fato da garantia de que se ganhasse a eleição, haveria a continuação da defesa dos direitos dos trabalhadores, e a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Diante disso, Getúlio Vargas retorna ao poder em 1951, desta vez através do voto.

2.1 Governos populistas

No início do seu segundo governo Vargas permite o retorno das atividades sindicais bem como “seu papel na agenda política nacional” na defesa dos interesses dos trabalhadores, buscando a democratização das relações de trabalho (POCHMANN, 2001, p. 151). Permitindo uma maior influência dos trabalhadores na política.

Segundo Caputo e Melo (2009) neste segundo governo, Vargas pretendia acelerar a montagem da indústria de base, permitindo o desenvolvimento da indústria pesada, produtora de bens de capital, juntamente com a indústria de insumos, para haver uma integração, buscando um maior desenvolvimento econômico, com respaldo em setores tidos como

⁶ Vale lembrar: “Em nome da valorização do trabalhador nacional, o Estado Novo adotou uma política de restrição à imigração” interrompendo em grande parte o fluxo de imigrantes (PANDOLFI, 1999, p. 11).

estratégicos como a eletricidade, siderurgia e petróleo. A criação da Petrobrás e Eletrobrás surgiram como resposta para este setor estratégico, através da Assessoria Econômica, responsável pelo projeto. Para viabilizar esses projetos, Vargas busca apoio dos EUA, tanto na sob a forma de empréstimos, como também de tecnologia, já que o Brasil era escasso dessas duas variáveis, que eram necessárias para esse propósito.

Havia uma grande tensão com a Guerra Fria e Guerra da Coreia, que aprofundou a crise das contas externas em 1953, as políticas econômicas de Vargas passaram a sofrer restrições. Diante disso, o presidente nomeia Osvaldo Aranha para o Ministério da Fazenda, para tentar estancar a crise cambial, este põe em prática a Instrução 70 da SUMOC⁷ (Superintendência da Moeda e do Crédito), que “criava taxas múltiplas de câmbio e leilões de câmbio para substituir o controle direto de importações, vigente desde a crise de 1947” (CAPUTO; MELO, 2009, p. 516).

Com o desempenho econômico numa difícil situação, além de que agradar a população de trabalhadores, ao mesmo tempo, era desagradar à classe dos empresários, Vargas permite o aumento do salário mínimo, agravando a crise política. Assim, o segundo governo de Getúlio Vargas é marcado por tensões políticas, pelo atentado contra Carlos Lacerda⁸, piora da situação externa, greves operárias, culminando com o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954 no Palácio do Catete. Com a morte de Vargas o vice-presidente João Augusto Fernandes Campos Café Filho foi empossado, mas devido a problemas de saúde foi afastado para tratamento, posteriormente recuperado foi impedido de tomar posse⁹. Eleições para presidente foram convocadas.

Juscelino Kubitschek de Oliveira surgiu como candidato que iria conduzir o país ao caminho do desenvolvimento, além de melhorar a vida dos brasileiros. Juscelino venceu as eleições, e tomou posse em 31 de Janeiro de 1956, com suas promessas e sonhos iria governar o país.

No início de seu governo Juscelino tratou de criar uma um Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), com o intuito de assessorar o presidente no seu projeto audacioso, o Plano de Metas. Através do pensamento da CEPAL, foram identificados os gargalos da economia brasileira, que travavam o desenvolvimento da indústria, ou seja, o desenvolvimento do país.

⁷ Era uma autoridade monetária que mais tarde viria a se tornar o Banco Central.

⁸ Inimigo declarado de Vargas. Nesse atentado morreu seu segurança o major da aeronáutica Rubens Vaz.

⁹ O presidente da Câmara dos Deputados Carlos Coimbra da Luz assumiu a Presidência do país em 8 de novembro de 1955, mas devido a conflitos políticos, foi forçado a deixar o cargo. O presidente do Senado Nereu de Oliveira Ramos assumiu a Presidência em 11 de novembro de 1955 e decretou estado de sítio por 60 dias (Neto, 2006, Apud. CARVALHO, 2010).

Segundo Lessa (1986) embora o governo de Vargas tentasse desenvolver a indústria de insumos, como por exemplo, setor energético e de combustível, que mostrou pouca evolução não acompanhando a produção do setor de bens de consumo. Portanto ficou para Juscelino a responsabilidade de conduzir investimentos para que estes setores se desenvolvessem, ou seja, não fossem entraves para o Plano de Metas.

Para Almeida (1974) a substituição de importações deixou de ser estimulada para ser dirigida, buscando-se um desenvolvimento integrado de diversos setores da indústria, sendo prioritária a indústria de bens de capital, bens intermediários e bens duráveis.

O Plano de Metas tinha como objetivo o desenvolvimento do Brasil em um curto espaço de tempo, “50 anos em 5”, atrelado ao aumento do bem-estar da população. O plano dividia-se em cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. E cada setor era dividido em metas, que totalizava 30 (CAPUTO; MELO, 2009, p. 519). Incluído nessas metas estava à construção de Brasília. Para conseguir o desenvolvimento desses setores, ele realizou investimentos pesados na produção de cimento, borracha, materiais elétrico, alumínio, entre outros.

Por tanto o Plano de Metas vinha como solução para os entraves que impediam de o país alcançar um estágio mais avançado de desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo em que faria desenvolver os chamados pontos de germinação, com o objetivo de obter uma integração e diversificação industrial. Para Pochmann (2001, p. 21) o nacionalismo perdeu um pouco da relevância que tinha nos governos anteriores, a partir da execução do Plano de Metas, dando espaço a “uma nova articulação entre Estado, capital privado nacional e capital privado internacional”, ou seja, o tripé econômico.

Para colocar em prática o plano seria necessário o tripé econômico (Estado, capital privado nacional, capital estrangeiro), as empresas transnacionais foram responsáveis pela implantação da indústria de maior complexidade tecnológica. A partir do investimento direto estrangeiro, teve a criação das indústrias de automobilismo, da naval e da mecânica pesada. Houve mais destaque, no setor automobilístico, que teve 38,1% do total investido no país (CAPUTO; MELO, 2009).

No período que antecede o governo de Juscelino, a indústria brasileira produzia bens manufaturados, não-duráveis e bens intermediários. A partir de seu governo (1956) tem-se grande estímulo no setor de bens de capital e de consumo duráveis, além de um maior incremento na produção de bens intermediários.

Caputo e Melo (2009, pg. 518 e 533) destaca o intenso uso da Instrução 113 da SUMOC, para importar bens de capital¹⁰ sem complicar a balança comercial, permitindo ao CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) a emissão de licenças para importação desses bens, sem cobertura cambial. Através da instrução, teve uma maior facilidade para entrada do capital estrangeiro, contemplando o tripé econômico. Como também permitiu um maior avanço no setor de automóveis, na fabricação e montagem, tornando-se um dos feitos mais importantes do governo de Juscelino, onde segundo o autor, refletiu “desenvolvimento e modernidade dos chamados ‘anos dourados’”.

Sousa (SD, pg.2) destaca que o papel assumido pelo Estado, “como elemento preponderante”, no modelo de desenvolvimento, com a “montagem das indústrias de base (horizontalização) durante o governo de Vargas e se verticalizou com Juscelino”. Ele afirma que as ações do Estado nas políticas econômicas, fiscal e monetária, serviram de sustentação para o desenvolvimento econômico, ampliando a demanda agregada, permitindo a criação de uma grande quantidade de empregos públicos, dando “sustentação a estruturação do mercado de trabalho”.

Devido a todo este aparato do Estado, no tocante ao investimento pesado, tem-se uma evolução na oferta de emprego, além do desenvolvimento extraordinário que o país alcançou durante esse período.

De acordo com Carvalho (2010, p. 29 e 30), durante a primeira metade do governo de JK, o salário real aumentou, mas após esse período se manteve congelado, não conseguindo acompanhar o crescimento da produtividade. Entre 1954 e 1962, “o salário médio real dos trabalhadores industriais ficou estagnado e o salário mínimo real diminuiu”.

Conforme Lessa (1986, p. 84) nesse período surgiram problemas que iriam se manifestar no período posterior, por exemplo, a inflação foi tratada como algo que seria necessário para execução do plano, tratada pelo autor como “desrespeitosa” a atitude do governo quanto a uma inflação acima de uma taxa anual de 20%. Tudo isso, permitiu ao governo e as empresas a “captação de parcelas do acréscimo de produto da economia, via redistribuição regressiva de rendas”.

Segundo Almeida (1974, p. 49), entre os anos de 1957 e 1961, o crescimento industrial atingiu 12% a. a., e a indústria de transformação chegou aos 13% na média anual, a economia

¹⁰De acordo com as autoras (LESSA, 1981, p. 173 apud CAPUTO E MELO, 2009, p. 518), “Estes equipamentos e máquinas importados via Instrução 113 eram contabilizados no ativo das empresas importadoras como investimento, numa taxa de câmbio livre, enquanto que a remessa de lucros e amortizáveis que as empresas faziam se dava com base numa taxa de câmbio preferencial; portanto, havia um diferencial cambial que favorecia este tipo de investimento”.

creceu 8,3% a. a., um crescimento extraordinário no período. Para o autor, “o desenvolvimento acelerado criou uma série de distorções e tensões que constituíram a raiz da crise da década seguinte”.

Para Caputo e Melo (2009, p. 520) através do comprometimento do Estado, como provedor insumos necessários para industrialização, além de políticas econômicas (por exemplo, cambial), serviram de incentivo para o crescimento do setor industrial que o país alcançou no período de 1952-1961. De acordo com o autor (2009, p. 522), após o período 1950-1962, houve a interrupção dos investimentos tanto públicos como privados, ocorrendo uma desaceleração do desenvolvimento industrial, além da queda, que decorre da “própria dinâmica do processo de substituição das importações que atingia etapas mais avançadas”.

Ainda segundo o mesmo autor, o investimento direto estrangeiro total que entre 1955 e 1963 era de US\$497,7 milhões, mostrou queda, a partir de 1960. Entre 1957 e 1960, soma-se US\$363,1 milhões, onde em 1961, caiu para US\$39,2 milhões, em 1962 para US\$20,1 milhões, finalmente em 1963 com US\$4,5 milhões. Alguns dos fatores para essa queda nos investimentos estrangeiros ocorreu devido ao ambiente político, econômico e social instável por conta da Guerra Fria no ambiente externo e também pela eleição de Jânio da Silva Quadros, que prometia varrer a corrupção do país com sua “vassourinha”, mas poucos meses depois Jânio renúncia a presidência.

Com a renúncia de Jânio, quem irá assumir a presidência será seu vice João Belchior Marques Goulart, que se encontrava em uma viagem a China comunista. Houve dificuldades para o vice-presidente assumir a presidência, e quando conseguiu iria governar sob o regime parlamentarista de 1961 a 1963. O governo de Jango, como era popularmente conhecido, foi muito conturbado, em que a inflação crescia a cada dia e o país não apresentava o mesmo crescimento que governos anteriores alcançaram, além de não conseguir uma base que apoiasse o seu governo. Para resolver os problemas econômicos, ele nomeia Celso Furtado para ser o ministro da fazenda, que logo elabora o Plano Trienal (1962), que tinha por sua finalidade o crescimento econômico e redução da inflação¹¹ (CARVALHO, 2010).

De acordo com Bastian (2012) o Plano Trienal tinha por objetivos a redução da inflação de forma gradual, refinanciamento da dívida externa, alcançar taxas de crescimento da renda nacional de 7%, entre outros, a fim de estabilizar a economia e promover um crescimento econômico, pois os desequilíbrios da época eram devido a políticas adotadas nos governos anteriores, como por exemplo, o excesso de emissão de papel-moeda, que por sua vez refletia

¹¹ No ano de 1963 a inflação atingiu 81%, e em 1964 foi de 92% (ALMEIDA, 1974, p. 50).

nos preços, aumentando-os. O plano falhou nos seus objetivos, e diante disso foram restabelecidos os subsídios, e adotaram-se aumentos aos salários acima da taxa de inflação (BATARRA, 2010).

Segundo Carvalho (2010) a conquista do décimo terceiro salário para trabalhadores urbanos começaram no ano de 1960, com uma mobilização dos trabalhadores realizando greves, através da organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e o Pacto de Unidade e Ação, onde reivindicavam melhorias na condição do trabalho. Somente em 13 de julho de 1962, sob a lei nº 4.090 foi instituída a gratificação de Natal. Em 1963 é restituído o regime de presidencialismo.

De acordo com Silva (2005) o motivo das greves crescentes, era proveniente da concentração de renda, além de um projeto desenvolvimentista que não distribuía os ganhos de produtividade para os trabalhadores, e um crescimento econômico em detrimento de um desenvolvimento social. Parte dessas reivindicações era para que fossem cumpridos os direitos dos trabalhadores conquistados no passado, e também houvesse melhoria das condições ocupacionais.

Devido à instabilidade política, greves, a inflação aumentado a cada ano e a população crescentemente descontente, fez com que ocorresse um golpe militar em 31 de março de 1964, tomando o poder e governando o Brasil por 21 anos. Período marcado pela intensa repressão política e social, além da censura e da violência por parte do governo militar.

III CAPÍTULO – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: GOVERNO MILITAR

Segundo Almeida (1974), o início do governo militar foi voltado para corrigir as tensões resultantes da inflação crescente, dos desequilíbrios causados pela política de desenvolvimento e a contenção da “intranquilidade político-social”. Pochmann (2001) afirma que após o golpe militar as ações sindicais foram desmontadas, seus representantes mais expressivos foram presos e, através da repressão, os movimentos sindicais foram inibidos.

Para Silva (2005) o governo militar tentava se legitimar como a única opção para acalmar os conflitos existentes no país. Essa força intimidante foi usada para cassar direitos políticos e civis da população, usando essa força os militares intervieram nos sindicatos, restringindo seu funcionamento ou banindo-os, há casos de assassinatos e torturas de líderes mais influentes e operários mais militantes dos sindicatos.

O primeiro presidente da ditadura militar foi o general Humberto de Alencar Castello Branco, que assumiu o governo em 15 de abril de 1964. O então presidente nomeou para o cargo de ministro do planejamento Roberto Campos e para ministro da fazenda Octavio Gouveia de Bulhões, a equipe econômica lançou oficialmente em novembro de 1964 o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O programa tinha por objetivos uma reforma institucional e a correção dos desequilíbrios econômicos identificados pelos autores do programa, como por exemplo, a inflação, que para eles era uma inflação de custo causada em grande parte pelos salários:

O diagnóstico sobre as causas da inflação contido no PAEG apontava para três fatores: 1) os déficits públicos; 2) a expansão do crédito às empresas; 3) os aumentos salariais por cima dos ganhos de produtividade. Estes elementos provocariam a expansão dos meios de pagamento, causando, dessa forma, a propagação da inflação (PAEG, 1964, p. 28 apud BASTIAN, 2012, p. 146).

Assim como o Plano Trienal, o PAEG tinha por objetivo um combate gradualista da inflação, no que difere o Trienal do PAEG é que este último introduziu uma correção monetária que tinha por objetivo amenizar os “efeitos distorcivos típicos dos processos inflacionários” (BASTIAN, 2012, p. 152). Esse mecanismo facilitou para o governo o melhor combate a inflação, fixando metas de redução da mesma. Para o autor a regra salarial, instituída através da política salarial, foi o fato condicionante para o sucesso do PAEG. Esse sucesso também se deve a facilidade do governo militar em instituir suas políticas, visto que não havia como se rebelar os setores descontentes com as políticas do governo, já que estes não permitiam manifestações, ou mesmo greves.

A política salarial do PAEG objetivava impedir o espiral inflacionário que era provocado pela inflação de custos e do aumento salarial acima da produtividade, onde os salários reais só poderiam aumentar mediante o aumento da produtividade e “aceleração do crescimento”. Assim o governo estabeleceu uma regra de que os reajustes salariais não pudessem ocorrer num prazo mínimo de um ano, a partir do último reajuste, além de inserir um resíduo inflacionário (metade da inflação para o ano seguinte). Esta regra salarial não “restituía integralmente o poder aquisitivo do salário prevalecente” logo após o último reajuste (BASTIAN, 2012, p. 149).

No governo de Castello Branco foram feitas reformas institucionais importantes – monetário-financeira, fiscal (orçamentária e tributária), do setor externo – que resolveram problemas no âmbito econômico, como a reforma financeira que instituiu os títulos públicos ou ORTNs (com correções monetárias) como uma alternativa de financiamento dos déficits públicos, além da criação de um Banco Central em 1964, entre outros feitos. Em 1966 é criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio da lei nº 5.107, que objetivava o depósito de 8% dos salários dos trabalhadores, por responsabilidade dos empregadores, numa conta individual, num estabelecimento bancário a escolha do empregador. Através dessa poupança forçada o governo poderia alocar os recursos para o Banco Nacional da Habitação (BNH) para estimular a construção civil, que estava enfraquecida (BATARRA, 2010).

De acordo Carvalho (2010) a criação do FGTS, permitiu um aumento da rotatividade dos trabalhadores, pois fez com que houvesse uma maior facilidade de romper os vínculos empregatícios, além de haver uma maior exploração dos trabalhadores. Isso fez com que os salários se reduzissem e fossem manipulados, tornando segundo Silva (2005) em um tipo de coerção dos empregadores com objetivo de disciplinar os trabalhadores.

Os trabalhadores ficaram submetidos às decisões do governo e dos empregadores, foram explorados por eles, pois o crescimento econômico que viria foi à custa de uma classe trabalhadora sem proteção. Para Silva (2005) as mais famosas greves, com enorme contingente de operários, ocorridas em Contagem (MG) e Osasco (SP) em 1968 e duramente reprimidas, prenunciaram os movimentos que viriam a acabar com o regime militar na década de 1980.

Castello Branco morreu devido a um acidente aéreo em 1967 e em seu lugar tomou posse Artur da Costa e Silva. Costa e Silva governou pouco tempo (1967-1969), pois muito doente foi substituído por uma junta militar que por sua vez elegeu para o cargo de presidente

Emílio Garrastazu Médici. O governo de Médici ficou conhecido como “anos de chumbo” devido ao aumento da repressão social.

O período do milagre econômico compreende os dois governos: de Costa e Silva e o de Médici. O Ministro da Fazenda era Antônio Delfim Netto, que irá conduzir o crescimento econômico notável do país.

Para Macarini (2006), no governo Costa e Silva houve as primeiras medidas significativas de estímulo as exportações, contendo minidesvalorizações cambiais e isenções de impostos diretos, com objetivo de manter a paridade do poder de compra, além de um ambiente externo favorável para promover as exportações.

De acordo com Almeida (1974) o Brasil alcançou um extraordinário desempenho econômico no período de 1968-1973 graças à volta do dinamismo da indústria típica do final dos anos 1950, alcançando um crescimento médio anual de 12,4%, enquanto a média mundial era de 10,3%. Podemos observar o crescimento desses anos na Tabela 3, onde as exportações de manufaturados apresentaram um crescimento potencial, e a partir de 1968 segue uma tendência de crescimento, período que compreende o Milagre Econômico (1968-1973).

Tabela 3: Brasil: Evolução das Exportações de Manufaturados entre 1964 e 1972.

Anos	US\$ Milhões	Porcentagem das Exportações	Porcentagem do Produto Industrial
1964	69,9	4,9	3,8
1965	109,5	6,9	5,8
1966	96,8	5,6	4,3
1967	142,7	8,6	5,0
1968	130,0	6,9	4,6
1969	181,6	7,9	5,5
1970	306,9	11,2	7,0
1971	581,3	20,0	7,6
1972	893,0	22,4	8,6

Fonte: Almeida (1974, p. 52) Elaboração Própria

No ambiente acadêmico há divergências quanto às causas possíveis do milagre econômico. Alguns afirmam que foram as reformas institucionais feitas no período do PAEG, outros afirmam que foi as políticas fiscal e creditícia expansionistas, com estímulos a exportação, também do PAEG, que promoveram esse crescimento virtuoso (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008). Para Batarra (2010) esse crescimento deve-se, além do

ambiente externo favorável, a entrada de recursos externos, que entrou no país através de investimentos externos diretos, propiciando os superávits no balanço de pagamentos.

Uma leitura acerca dessa discussão, e de grande relevância, é Veloso, Villela, Giambiagi (2008, p. 246) que mostram os possíveis determinantes do milagre econômico em seu artigo, examinando esse crescimento econômico, onde se pondera as políticas e reformas adotadas e executadas pelo PAEG no governo de Castello Branco, além do ambiente externo, ele corrobora a hipóteses através regressões no seu artigo. Portanto eles dizem em suas conclusões:

Isso decorre do fato de que o modelo de crescimento estimado com base em painéis de seis anos superestima fortemente o crescimento econômico brasileiro no período anterior ao “milagre” e subestima o crescimento no período do “milagre”. Isso sugere a possibilidade de que, pelo menos em parte, a aceleração de crescimento associada ao “milagre” tenha decorrido do efeito defasado das reformas do PAEG. [...] a política de estabilização e as reformas do PAEG criaram as condições para a aceleração do crescimento em 1968-1973 (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008, p. 246).

Segundo Veloso, Villela, Giambiagi (2008, p. 224) o que caracteriza o milagre econômico é a inflação decrescente, superávits no balanço de pagamentos e altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Onde o PIB crescia a uma taxa média de 11,15% a.a. entre os anos de 1968 e 1973 (ver tabela 4).

Ainda segundo os autores, observando a tabela 4 veremos que embora o saldo em conta corrente tenha sido deficitário ao longo dos anos, o saldo do balanço de pagamentos foi superavitário em todo o período, além da relação da dívida externa líquida com a exportação de bens no ano de 1968 foi de 2,0 ao longo dos anos oscilou, mas em 1973 ficou em 1,4, essa queda se deve ao aumento significativo das exportações. Os dados corroboram o que de fato foi o milagre econômico brasileiro. Ainda podemos observar na tabela, é que com o crescimento econômico, aumentou a dependência externa no âmbito das importações, que apresentaram uma taxa média de crescimento de aproximadamente 27,9% a.a. no período analisado.

Tabela 4: Brasil: Indicadores Macroeconômicos Seleccionados entre 1968-1973.

Indicadores selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP,%)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das exportações em US\$ (%)	13,7	22,9	18,5	6,0	37,4	55,3

Taxa de crescimento das importações em US\$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Saldo da Balança Comercial*	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente*	-582	-364	-839	-1.630	-1.688	-2.085
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2,0	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos*	97	531	534	537	2.538	2.380

Fonte: Veloso, Villela e Giambiagi (2008, p. 224) *em US\$ milhões. Elaboração Própria.

De acordo com Carvalho (2010) os trabalhadores não compartilharam do milagre econômico, em termos de distribuição de renda. Mesmo os que ocuparam empregos com elevada produtividade, não receberam ajustes em termos reais em seus salários. Ficando de fora grande parcela dos trabalhadores, dos “frutos” procedentes do crescimento econômico (POCHMANN, 2001, p. 152). Quanto a isso, o governo afirmava que a estratégia de concentração de renda, seria necessária para o país continuar financiando sua fase de crescimento econômico, e posteriormente todos iriam compartilhar desses recorrentes frutos. Este fato ficou conhecido como a Teoria do Bolo. Segundo Pochmann (2001, p. 129) em relação à evolução entre salário mínimo e o salário médio da indústria de transformação nesse período houve uma redução “na participação relativa estimada de 55,8%”, enquanto na década de 1950 o salário mínimo representou cerca de 90% do salário médio da indústria de transformação. No período entre 1965 e 1974 o salário mínimo sofreu uma queda quanto ao seu poder aquisitivo de 33,5%, devido às políticas de combate a inflação, combinadas com arrocho salarial.

A taxa de crescimento demográfico brasileiro entre 1950 e 1970 foi uma das maiores em relação ao mundo. No mesmo período a população urbana cresceu a uma taxa de 6% a.a., e a força de trabalho ficou em 5% a.a., enquanto o emprego urbano registrou um aumento de apenas 4,2% (ALMEIDA, 1974, p. 55 e 63). Para o autor as causas desse crescimento urbano vertiginoso devem-se ao rápido crescimento demográfico e a migração rural para os centros urbanos.

A economia brasileira experimentou um desenvolvimento acelerado de 1945 até a década de 1970, onde as oportunidades ocupacionais eram elevadas, e assegurava um crescimento do emprego “no ritmo da intensa expansão da população ativa urbana” (MATTOSO; BALTAR, 1996, p. 7).

No entanto ao término do governo de Médici, o general Ernesto Beckmann Geisel assume a presidência em 1974 e promete um lento e gradual retorno da democracia, quanto à economia, ele pretende dar continuidade as taxas de crescimento do período anterior, mesmo

em meio à crise econômica internacional, causada pelo primeiro choque do petróleo (1973), Geisel coloca em prática o II Plano Nacional do Desenvolvimento (II PND).

Para Hermann (2005) o II PND objetivava um maior desenvolvimento da capacidade produtiva com aumento dos investimentos nos setores de energia, exportação, infra-estrutura, entre outros, vistos como pontos de estrangulamento – que impediam o desenvolvimento econômico e aumentava a dependência externa –, e com isso avançaria no processo de substituição de importações. Mas tudo isso, só seria possível mediante o financiamento público, que também dependia de recursos externos. Portanto, o II PND almejava uma profunda transformação estrutural que no longo prazo iria diminuir a dependência externa, daí a justificativa de um ajuste externo, por parte do Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, mesmo que para isso o país aumente o endividamento externo.

O II PND tinha como objetivo obter um crescimento econômico de 10% a.a. e para a indústria em cerca de 12% a.a., embora não ter alcançado esses valores, as taxas foram positivas, mas abaixo das verificadas no milagre (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2004).

De 1940 a 1980 têm-se alguns planos econômicos que conseguiram crescimento econômico, refletindo no mercado de trabalho, como nos mostra a citação a seguir:

Para uma taxa média anual de expansão da População Economicamente Ativa de 2,6% entre 1940 e 1980, o emprego assalariado com registro aumentou 6,2%. No mesmo período, o emprego assalariado total cresceu a uma taxa média anual de 3,6% e o emprego sem registro a uma taxa de 0,6%, enquanto o desemprego variou 0,5%, o de conta própria 1,8% e o sem remuneração 0,6%. A cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem registro (POCHMANN, 1999, p.68 apud SOUSA; SD, p. 3).

Atrelado a isso, entre 1950 e 1973 segundo Cavalcante; Albuquerque; Jesus (2005) a Europa vivenciava uma situação de pleno emprego, aumento real dos salários e uma significativa redução das desigualdades sociais. Tudo isso, refletia mundialmente, onde os países desenvolvidos e subdesenvolvidos experimentaram o chamado “anos dourados” do capitalismo.

Desde o período do milagre, a economia brasileira tornou-se dependente das importações, pois a capacidade do setor de bens de consumo duráveis dependiam da importação de bens de capital e de petróleo, devido à insuficiência da oferta desses insumos no país, ou seja, acentuou-se a dependência externa do país. Contudo, a dívida externa também fez com que essa dependência aumentasse mais ainda, pois para cumprir as responsabilidades da dívida é necessário promover o superávit comercial para que haja a continuidade dos recursos financeiros para, por exemplo, garantir a necessidade de refinanciamento e de

pagamento da dívida. Diante disso, a dependência externa do país, tanto financeira como da capacidade de importar insumos necessários, tornava o país “dependente do mercado internacional e, portanto mais vulnerável a seus reveses” (HERMANN, 2005, p. 95).

Ainda segundo o autor (2005, p. 94) com o primeiro choque do petróleo, os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), aumentaram seus recursos, e estes buscaram mercados financeiros com taxas de juros atraentes para investimentos, formando um fluxo chamado de “petrodólares”, onde essas receitas desses países entraram no mercado financeiro internacional, e essa liquidez internacional acabou por financiar as dívidas externas de países, como o do Brasil.

Para Cardoso Jr. (2001, p. 32) com a implementação do II PND foi instalado o que viria a determinar o fim do modelo político desenvolvimentista, como também a causa da “reversão das tendências de crescimento da sua economia”.

Em março de 1979 assume a presidência João Baptista de Oliveira Figueiredo, sendo o último presidente militar. Segundo Hermann (2005) quando Figueiredo assume a presidência ele oferece para Mário Henrique Simonsen o cargo do Ministério do Planejamento, dando a este o controle das políticas econômicas do respectivo governo. No mesmo ano houve o segundo choque do petróleo em resposta os países desenvolvidos aumentaram suas taxas de juros, colocando o Brasil numa situação difícil no balanço de pagamentos, em que para o ministro Simonsen as medidas necessárias teriam que ser restritivas. Diante da difícil aceitação que essas políticas tiveram no governo e no setor privado, Simonsen renúncia ao cargo, assumindo em seu lugar Delfim Netto.

Segundo Dedecca (2005) como consequência da política econômica adotada pelos Estados Unidos em 1979, fez com que se interrompessem a fonte de recursos que antes financiaram o modelo de desenvolvimento brasileiro na década de 1970, fazendo com que o país entrasse numa crise econômica nunca antes vivenciada em seu período industrial. De acordo com Cavalcante; Albuquerque; Jesus (2005) um dos motivos da crise é que o desenvolvimento dos países da periferia dependia do desempenho da economia dos Estados Unidos.

Portanto, a consequente opção do crescimento com endividamento, feita no passado, fez com que o país mergulhasse num ambiente econômico interno e externo muito difícil, e que se agravou com o fim do fluxo e da fonte de recursos de origem externa, e o aumento da taxa internacional de juros, aumentando o montante da dívida externa brasileira que já era alta, pois estas se fixavam a taxa de juros flutuantes. Além da inflação que se tornava crescente.

Devido à crise da dívida externa na década de 1980, fez com que houvesse uma nova realidade no país, o desemprego.

IV CAPÍTULO – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: INÍCIO DA DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO URBANO; FIM DO GOVERNO MILITAR.

A década de 1980 iniciou-se com uma crise internacional, em que vários países apresentavam aumento nas taxas de desemprego. A economia internacional sofria oscilações econômicas marcadas por períodos de crises e de recuperação, a partir de 1970. Crescia a intervenção estatal, em que o Estado, após a década de 1930, “desenvolveu mecanismos de controle da economia”, permitindo ao Estado condições de promover ajustes estruturais de grandes proporções. O keynesianismo permitiu intervenção estatal em casos de crise, e em que vários países, se usaram dessa premissa para promoverem ajustes na economia (CAVALCANTE; ALBUQUERQUE; JESUS, 2005, pg. 63). A intervenção estatal atrelou-se a premissa do *Welfare State* – Estado de bem-estar social – em que o Estado passou a intervir na economia como resposta a corrigir problemas que surgiam no modelo capitalista de desenvolvimento, tornando-se responsável pela criação de políticas sociais para atender a massa de trabalhadores.

Conforme Cavalcante; Albuquerque; Jesus (2005, p. 61) o *Welfare State* surgiu devido ao embate ideológico entre o “capitalismo liberal e os ‘conflitos sociais’” em que o Estado adquiriu um direito de intervir nas relações sociais do trabalho, passando a ser um agente regulador desse mercado, que antes era administrado por trabalhadores e empregadores. Portanto, o Estado buscou a resolução de conflitos sociais e econômicos entre a classe trabalhista e capitalista, proporcionando em sua essência o direito, aos indivíduos inseridos nessa sociedade, a saúde, a previdência, educação, entre outros bens e serviços, que seriam necessários para a “manutenção e organização” dessa sociedade.

Com a crise que se iniciou na década de 1970, a intervenção estatal passou a ser questionada junto ao Estado de bem-estar social, pelos liberais, pois com o aumento dos gastos do governo com programas sociais, além da perda da regulação da economia por parte do governo, acaba refletindo no mercado de trabalho, que segundo Cavalcante; Albuquerque; Jesus (2005, pg. 68) o *Welfare State* leva a uma “desintegração do mercado de trabalho” que promove a exclusão social, haja vista, que a proteção social (programas sociais) estaria, segundo esse argumento, limitada àqueles que possuem carteira assinada. A partir da década de 1980, com elevado desemprego e o liberalismo – que sustenta, em boa medida, o diagnóstico conservador acima – tomando força, o Estado de bem-estar social foi sendo deixado de lado.

Na realidade brasileira, na busca de obter recursos para pagar os serviços da dívida, o Ministro Delfim Netto conduziu políticas econômicas para conseguir o superávit no balanço de pagamentos, pois a situação externa se agravava devido à recessão dos países industrializados e a medidas recessivas tomadas para gerar os superávits comerciais, fez com que o país entrasse em estagflação (estagnação mais inflação) no período de 1981 e 1983 (HERMANN, 2005).

No cenário de estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e num contexto de hiperinflação, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho inaugurada ainda nos anos 1930 (POCHMANN, p.71, 1999. Apud SOUSA, SD, p. 4).

Segundo Hermann (2005) em 1983 a situação complica ainda mais com a moratória mexicana, rompendo de vez os fluxos de capitais para os países da América Latina, altamente endividados.

De acordo com Mattoso e Baltar (1996) com a crise da dívida externa, o país mergulhou em um período de grande dificuldade, pois tendo que pagar o montante exorbitante em que a dívida externa se encontrava, teve de promover as exportações, para conseguir um superávit que conseguisse pagar ao menos os serviços da dívida. Para isso, as finanças públicas se deterioraram, a inflação alcançou patamares históricos, além da estagnação econômica.

Devido à crise da dívida externa em 1980, houve uma queda de cerca de 25% na produção industrial acompanhada por uma redução semelhante no nível de emprego industrial. Em 1981-1982 o desemprego atingiu mais de 20% da População Economicamente Ativa (PEA) em São Paulo (SABÓIA, 1986. Apud DEDECCA, 2005, p. 102). Segundo o autor, a região Sudeste foi a que mais sofreu com a crise, por possuir grande densidade industrial nas áreas urbanas, além de possuir uma maior existência de regulação social.

O II PND ajudou a recuperar a economia a partir de 1984, pois alguns projetos tiveram seu maturamento nesse período, ajudando ao país obter superávits na balança comercial, mas com isso a dependência externa também aumentou. A política econômica do período militar gerou saldos negativos para o mercado de trabalho e para a classe mais pobre, é nítido o favorecimento da classe mais rica (CARVALHO, 2010).

Segundo Baltar (1996, p. 86) ao longo da década de 1980 houve um aumento da desigualdade de distribuição de renda, que já era latente no começo da mesma década, em comparação de 1981 com o ano de 1989, a renda média das 50% pessoas mais pobres caiu 20%, enquanto a renda média das 5% pessoas mais ricas elevou-se em 29%.

Devido ao Estado de bem-estar social que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, o trabalho passou a ser um direito do cidadão, inserido numa “sociedade salarial”

em que o Estado seria o responsável pelas oscilações deste mercado de trabalho, onde sua intervenção, ou regulação, econômica seria necessária para haver uma melhor redistribuição de renda, para tentar aplacar os nocivos métodos de acumulação capitalista. O salário passou a ser uma condição privilegiada de ocupação, e transmite um senso de estabilidade e segurança ao trabalhador (CAVALCANTE; ALBUQUERQUE; JESUS, 2005, pg. 58). Portanto, a intervenção que antes era justificada pela necessidade de proteção a massa trabalhadora, sofria duras críticas de cunho liberal, que explicitava a necessidade de novos mecanismos de ajustes com pouca intervenção estatal, já que a economia não gerava empregos, estava em crise e o desemprego aumentava cada dia mais.

Diante disso, a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida, um período de grande estagnação e de alto endividamento do país, iniciando o “movimento de desestruturação do mercado de trabalho”, onde o Estado havia perdido a capacidade de regular o funcionamento da economia brasileira (SOUSA: SD, p. 4).

Com a perda de regulação da economia por parte do Estado, e do abandono do modelo de desenvolvimento, há também o rompimento da “estruturação do mercado de trabalho” e Cardoso Jr. (2001, p. 33) define essa desestruturação em “5 fenômenos interligados” entre esses fenômenos estão: o alargamento de segmentos tidos como de pouca estruturação, como os trabalhadores por conta própria, não remunerados, sem carteira assinada e pequenos empregadores; tendência à precarização, ou seja, houve uma perda da qualidade nos postos de trabalho, como perdas de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, maior jornada de trabalho, entre outras.

Cardoso Jr (2000, p. 207) afirma que a partir da década de 80 houve uma ruptura com o padrão de estruturação do mercado de trabalho, além de ser perceptível que a organização do mercado de trabalho sofria em sua conjuntura, devido ao aumento de trabalhadores de condição informal, ou seja, não possuíam carteira assinada, a crise acabou dificultando ainda mais a criação de novos postos de empregos formais.

De acordo com Baltar (1996, p. 87-88) comparando-se a geração de emprego formal entre os anos de 1979 e 1989 há um crescimento de 31,0%, equivale a um crescimento médio de 2,7% a.a., mesmo sendo um crescimento louvável para o período de estagnação, este não acompanhou o crescimento da população urbana ativa que foi de 3,5% a.a. Mas no mesmo período foi observada uma diminuição da quantidade de trabalhadores formais de 71,7% para 63,8%.

Segundo Baltar (1996, p. 87) ao longo da década de 1980 pode ser constatada uma desvalorização do trabalho assalariado, bem como a estagnação da economia e o aumento da

inflação aprofundaram essa desvalorização. Diante da crise houve uma diminuição dos trabalhadores de condição formal nos “setores público e privado no estrato superior da distribuição de renda [...] e a proliferação” de trabalhadores na condição informal “no estrato inferior” da distribuição de renda, daí a plena constatação de uma desvalorização do trabalho assalariado.

Conforme Dedecca (2005, p. 101), ao final do período da industrialização do Brasil (1930 a 1980), cerca de metade da população ocupada não tinha acesso aos direitos fixados na década 1940. Segundo o autor, isso foi devido aos governos autoritários que impediram que os sindicatos alcançassem outros direitos para os trabalhadores, ou simplesmente conseguissem a efetividade das conquistas do passado. Dessa forma, os governos autoritários permitiram “baixos salários para o processo de industrialização” brasileiro. Tudo isso, fez com que se surgisse uma nova forma de relação trabalhista, a informalidade.

A explosão da informalidade nesta última década, como decorrência da sobreposição entre, de um lado, os movimentos setoriais de reestruturação produtiva e organizacional forçados pela abertura ao exterior e, de outro, as políticas econômicas domésticas de orientação recessiva, geraram um quadro de aprofundamento da heterogeneidade do mercado de trabalho que sinaliza uma situação de deterioração das condições de inserção ocupacional para a maior parte da classe trabalhadora no Brasil. Enquanto nos anos 70 a heterogeneidade era vista como fruto de um crescimento das atividades modernas insuficiente para absorver a disponibilidade existente de força de trabalho, na década de 1990 a heterogeneidade do mercado de trabalho pode ser analisada também como produto da passagem de trabalhadores formais para a situação de informalidade crescente que se acentua pela perda de dinamismo global do sistema econômico (cf. Baltar & Dedecca, 1997 apud CARDOSO JR., 2001).

Na década de 1980, surgiram movimentos sindicais politizados, defendendo a redemocratização do país e a defesa dos direitos dos trabalhadores e a defesa do desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, esses movimentos sofreram grande repressão do governo (DEDECCA, 2005, p. 101). Mas em 1984 eles tomaram impulso juntamente com a população, no movimento das Diretas Já, que saíram as ruas reivindicando a democracia. Em 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo de Almeida Neves para presidência e José Sarney como vice, indicado pela chapa de oposição. Mas as vésperas de tomar posse Tancredo adoece, e toma posse o seu vice José Sarney. Em 21 de abril de 1985 Tancredo falece, e seu vice é efetivado no cargo.

4.1. Redemocratização do país

No início do governo de José Sarney apresentava-se um ambiente econômico com um crescimento no ano anterior de 5,3% estimulado pela exportação e pela recuperação da economia internacional, onde as exportações eram suficientes para obter os superávits para o pagamento da dívida, já a inflação estava em cerca de 200% a.a. Em junho tem-se uma aceleração inflacionária, devido às políticas adotadas, que culmina na demissão do então Ministro da Fazenda Francisco Dornelles, assumindo em seu lugar Dílson Funaro (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2004).

Ainda segundo os autores (2004, p. 434-440) em fevereiro de 1986 é lançado o Plano Cruzado, uma nova moeda que iria substituir o cruzeiro, objetivando manter os mesmos padrões distribuição de renda da moeda anterior. Dentre as principais medidas do Plano Cruzado estão: que o salário deveria ser convertido pelo poder de compra dos últimos seis meses acrescido de um abono de 8%, quanto ao salário-mínimo este teria um abono de 16%, além de ser “introduzida uma escala móvel chamada de ‘gatilho salarial’ que seria acionada toda vez que a inflação atingisse 20%”; congelamento de preços; fixação da taxa de câmbio; diferentes regras para ativos financeiros; entre outras. Logo após o plano, a inflação teve uma queda vertiginosa, mas quanto ao congelamento de preços, estava difícil de manter, pois com o preço defasado em alguns produtos, houve um aumento da demanda e a oferta não seguiu a mesma trajetória, propiciando o aparecimento de filas, além da cobrança de ágio. Tudo isso, acabou influenciando as contas externas do país, diante da expansão da oferta de moeda, as taxas de juros reais tornaram-se negativas, provocando uma fuga de capitais do país.

Com a piora da situação externa em 1986 devido aos problemas apresentados anteriormente, a balança comercial apresentou um déficit, a inflação voltou a subir, e a consequente piora da economia, fez com que em fevereiro de 1987 o governo declarasse a moratória da dívida externa.

Após o Plano Cruzado, teve o Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989) que no objetivo de estabilização, obtiveram insucesso.

Embora, a partir de 1980 com a inflação tornando-se crescentemente descontrolada e após cinco planos que buscavam a estabilização terem fracassado, atrelado a vários mecanismos de indexação salarial e de preços também foram insuficientes para impedir as perdas dos rendimentos da classe assalariada, somente em 1994 a inflação seria contida (DEDECCA, 2005). Esses planos tratavam de que a inflação era inercial, ou seja, uma inflação de expectativas, pois a cada fracasso de cada plano, que utilizavam o congelamento de preços como principal medida, os agentes econômicos se precavam antes da medida ser tomada novamente (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2004).

Em 1988 é aprovada a nova Constituição, nela estavam contidas os princípios necessários para o país seguir sua trajetória democrática, onde finalmente a liberdade havia sido devolvida a população.

De acordo com Luz (2010) na constituição de 1988, foram incluídos direitos trabalhistas que ainda não existiam como também, ratificar os que existiam, trazendo mudanças positivas no âmbito do direito trabalhista, permitindo uma maior proteção para o trabalhador. Por exemplo: direito de licença à empregada gestante de 120 dias, aviso prévio de 30 dias, direito de greve, entre outros direitos. Segundo Carvalho (2010), a constituição permitiu uma maior flexibilização para o mercado de trabalho, e que a criação do seguro-desemprego estava contida na constituição de 1967, mas só foi efetivada em 1986. Moretto e Pochmann (2006) afirmam que a instituição do seguro-desemprego foi uma das mais significativas iniciativas para o mercado de trabalho na década, além da instituição de uma fonte de recursos para mantê-lo, foram inseridas na constituição. Quanto aos movimentos sindicais, na Constituição 1988, foram mantidas as formas de atuação sindical, bem como a livre criação de sindicatos sem a interferência do governo no seu funcionamento, foi mantido o imposto sindical, liberdade de filiação, dentre outros. Foram estabelecidos direitos essenciais para o livre funcionamento dos sindicatos, permitindo a estes a defesa dos interesses dos trabalhadores (POCHMANN, 2001, p. 153).

Para Draibe (2003) a Constituição de 1988, veio instituir uma reestruturação de políticas sociais, onde o sistema de proteção social foi ampliado e reformado, afirmando o direito social e a provisão do Estado na manutenção do mesmo.

De acordo com Mattoso e Baltar (1996, p. 8) devido “às oscilações das atividades produtivas”, o desemprego agravou-se, de modo que o mercado de trabalho urbano deteriorou-se apresentando um lento crescimento de emprego formal, em detrimento houve um aumento de trabalhadores informais e de conta própria, constatando-se uma diminuição no nível de salários, alta rotatividade e falta de especialização da mão-de-obra. A crítica do liberalismo ao *Welfare State* ocorria no tocante ao enrijecimento do mercado de trabalho, pois as conquistas sociais de acordos coletivos, como o salário mínimo e a proteção trabalhista, era responsável pelo desemprego. Os liberais apontavam que seria necessária uma flexibilização do salário, acompanhada pela redução dos encargos sociais e da força dos sindicatos, além de uma melhor qualificação profissional (CAVALCANTE; ALBUQUERQUE; JESUS, 2005).

Na tabela 5, podemos observar a quantidade elevada de assalariados não formais que representa 27% do total das ocupações, e o de trabalhadores por conta própria de 19,1%, juntando esses dois segmentos temos 46,1% do total de ocupações não agrícolas, uma

quantidade elevada de ocupações sem a formalização. Enquanto o emprego formal atinge menos da metade das ocupações não agrícolas. A quantidade de empregadores aumentou ao longo da década a uma taxa média de 5,6% a.a., enquanto os trabalhadores de conta própria cresceram a uma taxa de 4,8.

Tabela 5: Brasil: Estrutura das oportunidades ocupacionais não-agrícolas entre 1979 e 1989.

Categoria Ocupacional	Empregados (%)		Variação Proporcional	
	1979	1989	Total	Anual
Assalariados de Estabelecimentos				
Com mais de 1000 empregados	18,6	16,3	31,5	2,8
Com 10 a 1000 empregados	36,1	31,2	30,8	2,7
Assalariados não formais	21,5	27,0	89,1	6,6
Trabalhadores por conta própria	17,9	19,1	60,3	4,8
Trabalhadores sem remuneração	2,1	2,1	47,0	3,9
Empregadores	3,8	4,3	72,4	5,6
Total ocupação não-agrícola	100,0	100,0	50,7	4,2

Fonte: Baltar (1996, p.77) e Mattoso e Baltar (1996, p. 9). Elaboração própria

Para Cardoso Jr. (2000) na década de 1980 é possível observar ruptura da estruturação do mercado de trabalho através das ocupações geradas pelo setor de comércio e serviços (setor terciário) e pelo crescimento de segmentos não organizados do mercado de trabalho, tais como pequenos empregadores, assalariados não formais e trabalhadores por conta própria.

Segundo Sousa (SD) a cada 100 empregos produzidos na economia entre 1980 e 1991, 99% eram informais e apenas 1% era formalizado.

O cenário do final do governo de José Sarney era de completo insucesso do governo no combate a inflação que caminhava a passos largos para hiperinflação, e o descaso pelas contas públicas, deteriorando-as ainda mais.

Para Mattoso (1999) os governos da década de 1980 preservaram as estruturas produtivas, e tentaram manter o emprego, mesmo com toda pressão exercida para que houvesse a inserção de políticas neoliberais. Com isso, a taxa de desemprego durante a década de 1980 era baixa, mas na década de 1990 ela atinge recordes seguidos.

Em 1989, a população brasileira elege seu primeiro presidente através do voto, após a redemocratização do país, Fernando Affonso Collor de Mello. Diante das propostas por ele apresentadas, a população depositara nele a esperança de dias melhores.

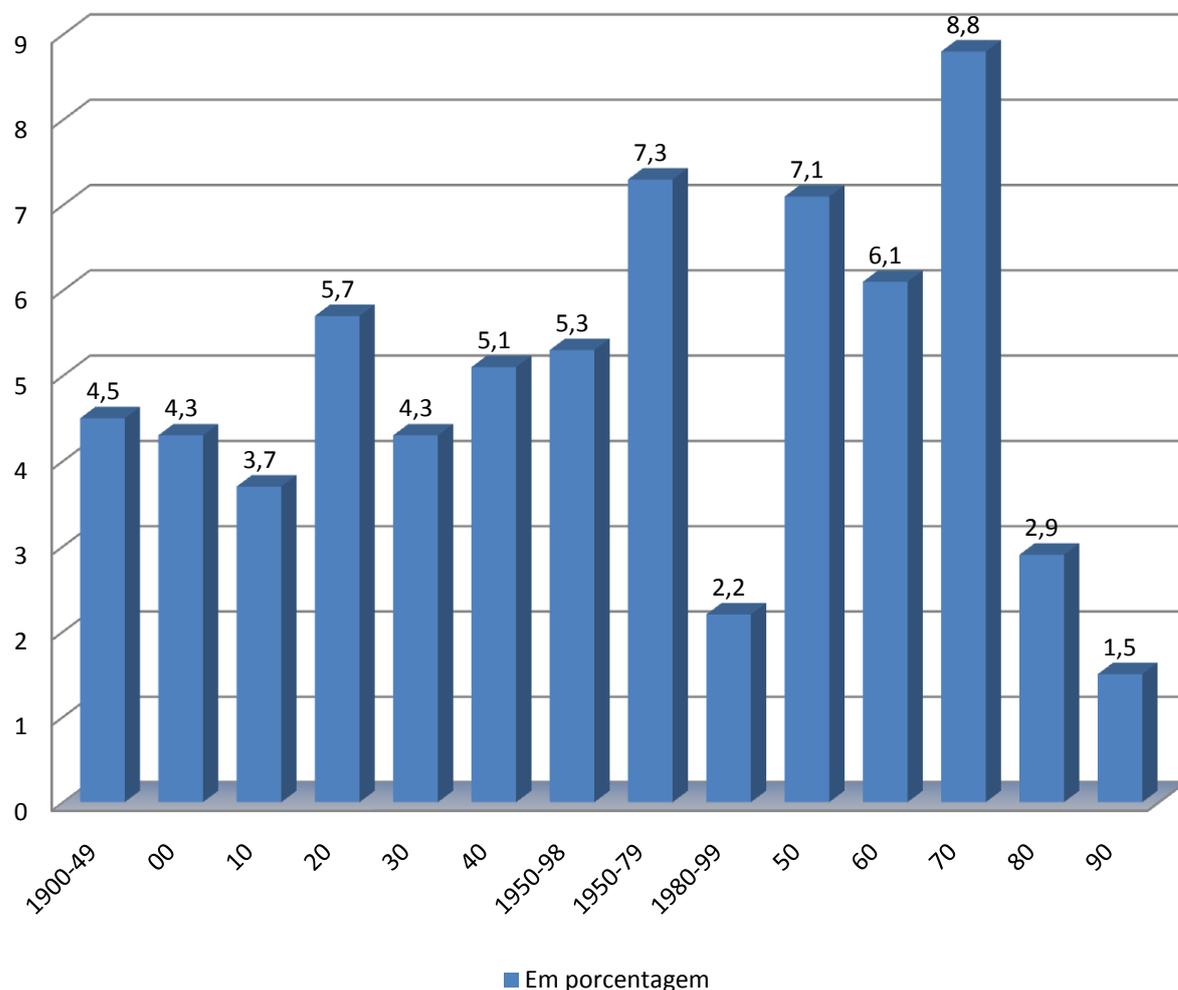
V CAPÍTULO – ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO: APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO URBANO

O trabalhador brasileiro iniciou a década de 1990 com esperança, pois pensava que o pior havia passado, e que nessa década haveria emprego, uma melhor distribuição de renda, melhora na economia, que após ter conquistado a liberdade após a constituição de 1988, poderia escolher um futuro melhor. Mas na realidade isso não se verificou. Pois, aquele país que gerou grandes montantes de empregos no passado, ficou para trás.

O projeto nacional-desenvolvimentista que guiou as políticas dos governos passados perdeu espaço para um novo projeto. Projeto que previa o desmonte do Estado, a exposição de uma economia fragilizada depois de tantas receitas para diminuir a inflação, e conseguir superávits na balança de pagamentos. Projeto que iria desestruturar ainda mais o mercado de trabalho, sendo conhecida como a década do desemprego.

Conforme Mattoso (1999) a economia brasileira apresentava uma trajetória relevante de crescimento econômico, o nível de atividade econômica apresentou crescimento desde a década de 1930 – Com o PSI (Programa de Substituição de Importações) –, com grande intensidade entre as décadas de 1950 e 1970, e a partir da década de 1980 a economia começa a apresentar queda dos índices de crescimento, e na década de 1990 apresenta seu pior índice, e nessas duas últimas décadas, é marcada por momentos crises e recuperação da economia. (ver gráfico 1)

Gráfico 1: Brasil: Nível de atividade econômica ao longo do século XX.



Fonte: Mattoso (1999, p. 21). Elaboração própria.

Para Cardoso Jr. (2001, p. 31-32):

A crise recente da economia brasileira tem suas raízes históricas fincadas na segunda metade da década de 1970. Do ponto de vista interpretativo, ela é fruto do desmonte do projeto nacional-desenvolvimentista fundado, *grosso modo*, nos anos 30, aprofundado na década de 1950 e rompido nos anos 80. Durante este período, a economia brasileira havia conseguido – bem ou mal não importa muito aqui – transitar rapidamente de uma estrutura agrário-exportadora para uma sociedade industrial, ampla e caoticamente urbanizada.

No início da década de 1990 a economia entra em recessão (1990-1992), e logo que toma posse Collor induz que é necessária uma abertura comercial, ou seja, tem-se uma redução dos impostos para importação, e a eliminação de incentivos que promoviam a exportação, que segundo o governo reduziria os gastos públicos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2004). Mas na verdade, aumentaria a dependência da economia e sua vulnerabilidade. O objetivo dessa política liberal, segundo Dedecca (2005, p.

105), era acabar com o poder de barganha de segmentos vistos como organizados da sociedade, culminando com uma exposição externa da base produtiva nacional fazendo o país sofrer com uma recessão econômica grave (1990-1992), onde cerca de 25% dos empregos e da produção industrial caíram, e o desemprego duplicou em apenas um ano. Esta abertura foi iniciada sem qualquer prudência, não houve um projeto que visasse à proteção da estrutura produtiva e do emprego no país. Para Cavalcante; Albuquerque; Jesus (2005) o Estado forçou uma reestruturação produtiva, com a inserção de novas tecnologias, culminando com novas relações de trabalho. Onde o desempenho do trabalho representava a noção de competência nas organizações. Com o surgimento de vários oligopólios, com a inserção da tecnologia, há uma busca pela redução de custos e aumento da produtividade e dos rendimentos, em que o trabalhador é o elemento central dessa reestruturação.

No período de 1990 a 2001 foram cerca de 10 milhões de empregos destruídos pela mudança tecnológica, só a indústria manufatureira foram mais de 3 milhões, a administração pública foi responsável por cerca de 900 mil, somente o setor de serviços gerou empregos durante o período analisado. (ver tabela 6)

Tabela 6: Brasil: Criação e Eliminação de empregos entre os setores da economia de 1990 a 2001.

Setores	Demanda doméstica	Exportações	Mudanças tecnológicas	Importações	Total
Agropecuário	4.713.438	1.425.104	-8.983.273	-235.770	-3.080.500
Mineração	65.840	47.199	-192.944	-8.096	-88.000
Indústria manufatureira	2.765.043	748.470	-3.633.578	-684.736	-804.800
Eletricidade, água e gás	103.906	13.725	-233.077	-5.154	-120.600
Construção civil	617.664	6.870	-757.413	-4.221	-137.100
Comércio	-1.459.088	885.831	3.383.645	-397.888	2.412.500
Transportes e comunicações	1.174.030	-37.760	-561.464	21.094	595.900
Serviços empresariais	467.046	297.447	916.742	-95.834	1.585.400
Serviços pessoais e sociais	2.661.719	152.083	200.330	-107.732	2.906.400
Administração pública	859.789	50.186	-902.181	-30.194	-22.400
Total	11.969.389	3.589.156	-10.763.212	-1.548.532	3.246.800

Fonte: Cavalcante; Albuquerque; Jesus (2005, p. 80). Elaboração própria.

O setor de construção civil foram 757 mil empregos destruídos pela mudança tecnológica. Portanto, conforme Baltar (1996, p. 96) uma das causas, de haver uma queda na criação de empregos formais na construção civil, está relacionado com o setor industrial, por isso:

A não recuperação do emprego industrial foi somente uma parte do agravamento do problema da falta de empregos formais, com o aprofundamento da crise do padrão de desenvolvimento nacional, ao longo dos anos 90. Continuou a paralisação das obras públicas e não se reconstituiu o sistema de financiamento para habitação. Em consequência, o emprego formal na construção civil que já era muito baixo em 1989, [...] caiu na recessão e continuou diminuindo na recuperação, alcançando em 1995 nível muito menor que o de 1989.

Com isso, podemos afirmar que o setor da construção civil juntamente com o da indústria de transformação tem grande capacidade de geração de emprego¹², pode ser observado principalmente no período do milagre, com a criação do Sistema Financeiro para Habitação (SFH) e a criação do FGTS para financiá-lo, após isso a construção civil teve um significativo incentivo, além de ter gerado um número elevado de empregos.

De acordo com Moretto e Pochmann (2006, p. 43) a década de 1990 quebrou a “tendência de elevação” do emprego na indústria de transformação – que antes de 1980 era responsável pela maior geração de empregos –, que iniciou esta trajetória em 1930, reduzindo seu contingente em 1,4 milhões de empregos.

Além da abertura comercial, o governo visava algumas medidas como forma de acabar com a indexação da economia através de uma política de reformas tais como fiscal, monetária, do comércio exterior e uma reforma administrativa que objetivava promover um programa de privatizações, além de outras medidas neoliberais que repercutiriam no mercado de trabalho e aumentaria o desemprego.

Para Santos, G. (2008, p. 154) o desemprego no Brasil pode ser considerado um desemprego estrutural, por se tratar de um “fenômeno crônico” inerente aos países de pouca dinâmica capitalista, bem como pela exaustão do modelo econômico adotado.

Diante do desemprego tornando-se crescente, o governo instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que reunia os recursos alocados do PIS/PASEP, dando início a montagem de forma consistente o Sistema Público de Emprego no Brasil¹³ (CARDOSO JR, 2000).

¹²Vale ressaltar que: "Entre 1940 e 1970, a indústria de transformação contribuiu com quase 15% dos novos postos de trabalho e a construção civil com outros 10%. Entre 1970 e 1980, estes percentuais foram ainda mais expressivos: 29% para a indústria de transformação e 11% para construção civil, totalizando 40% dos novos postos de trabalho" (Pacheco; Pochmann, 1998, p.13-14 apud Cardoso Jr, 2000, p. 207).

¹³Segundo o autor (CARDOSO JR, 2000, p 201 e 202) a criação do SPE foi no ano de 1960. Foi “somente nos anos 70, com a unificação dos recursos do PIS/PASEP — fundo destinado a financiar projetos de investimento mediante o repasse ao BNDE — e a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE), é que aspectos como intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, (re)colocação e assistência financeira aos

Um fato que surpreendeu e ficou marcado na memória da população durante o governo Collor foi o confisco da liquidez. Essa medida congelou o estoque de moeda com o objetivo de retomar o poder de fazer política monetária. O impacto dessa medida causou uma “desestruturação do sistema produtivo” do país onde as condições de emprego e de produção ficaram aos frangalhos, o cenário era de completa desordem, tais como, férias coletivas, redução de salários, demissões, semiparalisa na produção, entre outros. Tudo isso, provocou “uma retração do PIB da ordem de 8% no segundo trimestre de 1990”. Após o governo sofrer pressões e o conseqüente medo de provocar uma recessão, iniciou-se um plano para promover “a devolução da liquidez pelas chamadas ‘torneirinhas’ do Bacen” (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2004, p. 452).

Ainda de acordo com os autores, no que concerne a reforma administrativa, esta previa algumas propostas, tais como a demissão de funcionários públicos, e que não passou de uma tentativa, pois precisaria de uma alteração na constituição, e o presidente não obteve o apoio necessário do congresso. O programa de privatização também não ficou de fora das críticas, pelo fato de como seria conduzido e dos ativos que seriam recebidos como pagamento.

Com a aceleração da inflação mesmo após dois planos (Collor I e Collor II), a população descontente com o rumo que a economia havia tomado e da instabilidade política que se acentuava, culminaram com o processo de impeachment de Collor, que contou a mobilização social para este feito. Portanto toma posse seu vice, Itamar Augusto Cautiero Franco em dezembro de 1992.

De acordo com Baltar (1996, p. 95) a partir de 1992 houve uma série de fatores que propiciou um estímulo ao mercado de automóveis. Com isso, entre 1992 e 1995 o mercado de automóveis que estava estagnado na década de 1980, teve uma incrível recuperação, o emprego neste setor em 1995 foi de 106 mil, embora sendo menor que em 1980 que foi de 133 mil, mas a produtividade em 1995 aumentou consideravelmente, foram produzidos em 1995 1,6 milhão de veículos, enquanto em 1980 foi produzido 1,2 milhão de veículos.

Ao longo do governo de Itamar foi sendo preparadas as condições necessárias para implantação de um plano de estabilização que precisaria de um ajuste fiscal, e a conseqüente melhora das contas públicas, com redução de despesas e a volta do fluxo de capital externo. Com isso, permitiu-se o ambiente necessário para que em julho de 1994, fosse lançado o Plano Real sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, como Ministro da Fazenda (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2004). Fernando Henrique candidatou-se

desempregados se tornaram significativos na composição de uma estratégia nacional em matéria de políticas de emprego”.

para presidente, vencendo as eleições em 1994, sendo reeleito em 1998. Com isso, tem-se a continuação da implantação do Plano Real, em paralelo, tem-se a implantação de um projeto neoliberal, com objetivo de realizar reformas, modernizar a economia e inserir o país no processo de globalização (CARVALHO, 2010).

Segundo Guimarães Jr. (2006, p. 9), a implantação do Plano Real foi realizado em três etapas: Primeira, consistia num ajustamento das contas do governo com o Programa de Ação Imediata (PAI); segundo a inserção de um padrão estável de valor a Unidade Real de Valor (URV); por fim, a emissão da nova moeda do país, o real.

A volta do fluxo de capitais externo, a abertura comercial e o sucesso do Plano Real foram determinantes para a decisão de um novo modelo de desenvolvimento para o país e que também influenciou nas decisões dos agentes econômicos, desarticulando a estrutura produtiva, e impondo limites para a retomada de investimentos no setor produtivo doméstico (CARDOSO JR., 2001). O Estado ficou dependente ainda mais do capital externo.

A abertura da economia iniciada por Collor teve continuação no governo FHC, que para Mattoso e Baltar (1996) continuou a promover seu nocivo impacto sobre o emprego, as condições de trabalho e por fim sobre a estrutura produtiva do país. Isto faz com que aumente as disparidades produtivas e tecnológicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, fazendo com que as empresas nacionais tenham que se adaptar ao mercado na tentativa definir novas formas de se reinserir, não ocorrendo isso, as empresas domésticas perdem espaço no mercado para empresas de países desenvolvidos (CARDOSO JR., 2001). Esta situação é bem diferente da década de 1980, que o Estado protegia a indústria nacional com objetivo de exportar para obter superávits na balança, para pagamento da dívida.

Portanto, pode ser observado na tabela 7, que a partir de 1994 tem-se uma diminuição da taxa de crescimento do PIB, acompanhado de uma elevação do déficit no saldo comercial. A importação, após a abertura comercial, cresceu ao longo dos anos, atingindo em 1998 mais que o dobro observado em 1990. Com a abertura comercial e a inserção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, não houve significativa melhora nos indicadores econômicos observados.

Tabela 7: Brasil: Indicadores econômicos de 1989 a 1998.

Ano	PIB Taxa de Crescimento (em %)	Exportação (em US\$ milhões)	Importação (em US\$ milhões)	Saldo Comercial (em milhões)	Saldo em transações Correntes ¹	
					US\$ milhões	Em % do PIB
					1989	3,2
1990	-4,3	31.414	20.661	10.753	-3.782	-0.8
1991	1,0	31.620	21.041	10.579	-1.407	-0.3
1992	-0,5	35.793	20.554	15.239	6.143	1.6
1993	4,9	38.563	25.256	13.307	-592	-0.1
1994	5,9	43.545	33.079	10.466	-1.689	-0.3
1995	4,2	46.506	49.858	-3.352	-17.972	-2.5
1996	2,8	47.747	53.286	-5.539	-24.347	-3.1
1997	3,7	52.986	61.358	-8.372	-33.439	-4.2
1998	0,7	52.700	59.000	-6.300	-34.000	-4.4

Fonte: Mattoso (1999, p. 30). (1) Saldo da balança comercial + saldo da balança de serviços. Elaboração própria.

Segundo Silva (2005) com abertura da economia, as empresas tiveram que reorientar a sua produção com corte de custos, principalmente os relacionados à mão-de-obra, como terceirização de atividades, renovação de tecnologia, enxugamento das contas da empresa, entre outros. Muitas empresas não conseguiram se adaptar e acabaram falindo. Diante dessas mudanças, um milhão de trabalhadores havia perdido seus empregos na indústria de transformação na primeira metade da década, alimentando o processo de elevação da informalidade na economia. Entre os desempregados havia pessoas com elevada escolaridade, mostrando que o desemprego foi para todos.

Conforme Baltar (1996, pgs. 96 e 97), a decisão do Estado de promover a abertura da economia, a valorização do Real, e reduzir os investimentos econômicos e sociais, exerceram “impactos negativos sobre o mercado de trabalho”, atingindo a economia em sua totalidade. Para o autor a nova política conduzida pelo governo, tem-se apresentado como uma destruidora de empregos e da estrutura produtiva “preexistente do que na construção de uma nova realidade”. Diante disso, a nova condução da economia, fez com que houvesse, para o autor, uma desarticulação do setor de bens e serviços, dificultando a inserção da população, mediante o emprego. Segundo Pochmann (2001) a população foi induzida a acreditar que haveria benefícios numa abertura comercial, que haveria geração de empregos, o que na prática em alguns setores não aconteceu.

Segundo Dedecca (2005, p. 105) esse plano (Real) foi um desastre para o mercado de trabalho, embora tenha mostrado eficácia na recuperação econômica (inflação), mas quanto ao emprego ele promoveu uma queda contínua no nível de emprego, além de produzir um aumento também contínuo nas taxas de desemprego. De acordo com Pochmann (2001, p. 48) a quantidade de indivíduos desempregados em 1989 era de 1,8 milhão, em 1999 passou para 7,6 milhões de pessoas desempregadas. As pessoas assalariadas em 1989 eram 64% da população ocupada, em 1999 caiu para 58,7%.

De acordo com Cardoso Jr. (2000, p. 208), a década de 1990, houve um crescimento elevado da informalidade. Ele destaca a alteração drástica da PEA (População Economicamente Ativa) naquele período nas principais regiões econômicas do Brasil, “o percentual de carteira assinadas decresceu de 51,2% para 41% do total entre 1991 e 1999, enquanto o de informais (assalariados sem carteira mais trabalhadores por conta própria), passou de 38,8% para 45,9% no mesmo período”. Segundo Mattoso e Baltar (1996, p. 14) o nível de emprego formal em 1995 era 7% menor que o valor de 1989.

Conforme Cardoso Jr. (2001, pgs. 49 e 50) a partir de 1994 tem-se uma modificação “gradual e pontual” de itens importantes na legislação trabalhista e social (inseridas na CLT e na Constituição de 1988) com vistas à “desregulamentação do mercado de trabalho nacional”. Como o não reconhecimento de relações trabalhistas em cooperativas, impedindo a obtenção de férias remuneradas, décimo terceiro salário, férias, entre outros benefícios para o trabalhador. Em 1997 através da MP nº 152 é autorizado à demissão dos funcionários públicos de acordo com a decisão do governo federal em fazê-lo, conforme a regulação estabelecida. Permitiu uma maior flexibilidade do horário de acordo com o emprego pela Lei nº 9.601, estabelecendo um banco de horas, “com uma alteração no artigo nº 59 da CLT”.

Em 1996, com relação à desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, a organização do sindicato foi influenciado pelas políticas adotadas pelo Estado, com o Projeto de Lei nº 1.802, que prevê a responsabilidade dos sindicatos pelas greves, sendo passíveis de multa relativa ao abuso greve de acordo com a decisão judicial. Promovendo um “cerceamento do direito de greve” (CARDOSO JR., 2001, p. 54).

De acordo com Silva (2005, p. 120) já no começo da década os sindicatos haviam enfraquecido em sua postura combativa, agora “dando lugar à política de negociação e cooperação entre capital e trabalho em torno de projetos mútuos e específicos de autopreservação que a nova conjuntura econômica exigia”. Diferentemente da década de 1980, onde os sindicatos enfrentavam o governo reivindicando melhorias no salário e nas

políticas contra a inflação. Os trabalhadores estavam reféns das oscilações do mercado de trabalho.

De acordo com Sousa (SD), no governo de Fernando Henrique Cardoso, é colocado em prática um programa de privatizações – que tem início no governo de Collor, através do Programa Nacional de Desestatização –, ou seja, reformas neoliberais, onde o Estado deixava de ofertar os bens e serviços que antes ofertava, para ser apenas um agente de regulação. No entanto surge um novo modelo de desenvolvimento, em que a desregulamentação da economia que faz parte do arcabouço do neoliberalismo, assim como a inclusão de medidas de flexibilização do mercado de trabalho. De acordo com Pochmann (2001), foram cerca de 3,2 milhões de empregos perdidos no país na década de 1990, onde 17% correspondem ao processo de privatizações feitas pelo Estado. Este perfil liberalizante de todos os governos da década de 1990 aprofundou a tendência a desestruturação do mercado de trabalho, iniciada na década de 1980 (CARDOSO JR., 2001).

Mattoso (1999, p. 28) afirma que, o governo teria intenção nas privatizações, porque elas gerariam recursos para pagar a dívida pública do país, que voltava a apresentar um crescimento após 1994. Mas, diante da elevação de juros, da diminuição do ritmo de crescimento econômico, a dívida líquida¹⁴ do setor público aumentou drasticamente. Com isso, o governo usou da premissa de combate ao crescimento do montante da dívida para fazer ajustes fiscais – que na verdade somente serviu para pagar os juros da dívida –, que segundo o autor, resultou no “desmonte do Estado nacional”, em que o Estado não tinha capacidade de gerar empregos, realizar investimentos e obter um crescimento significativo.

Para Pochmann (2001, p. 30) os trabalhadores pertencentes ao setor público “foram transformados na principal variável de ajuste do Estado” na década de 1990 (ver tabela 8).

¹⁴“A relação dívida líquida/PIB, que era de cerca de 29% ao final de 1994, alcançou 41% em 1998 e chegou a cerca de 50% em junho de 1999” (MATTOSO, 1999, p. 28)

Tabela 8: Brasil: Evolução das empresas privatizadas e do ajuste do emprego no setor estatal entre 1979 e 1999.

Período	Empresas privatizadas	Receita*	Transferência de dívida pública*	Empregados formais envolvidos**
1979/1984	20	274	16	146.980
1985/1989	18	549	620	82.125
Anos 80	38	823	636	229.105
1990/1992	44	15.128	2.664	- 198.136
1993/1994	35	17.320	3.752	- 47.732
1995/1999	84	42.008	11.660	- 300.120
Anos 90	166	74.456	18.076	- 545.988

Fonte: Pochmann (2001, p. 28). Elaboração Própria. * Em milhões de dólares **Saldo líquido de empregos destruídos e criados no setor estatal, como resultado do efeito do conjunto das empresas privatizadas, fechadas e incorporadas.

O argumento governamental pró-privatizações indicava que um Estado endividado seria incapaz de fazer investimentos suficientes para que tornasse as empresas competitivas, sem investimentos não haveria criação de empregos (SOUSA, SD). Mas ao vender as empresas estatais para controle privado fez com que aumentasse o desemprego. As empresas estando no controle privado, contrataram consultorias para promoverem uma reestruturação organizacional na empresa culminando com várias demissões, além de uma intensificação do trabalho. Alguns dos funcionários que foram demitidos eram chamados para uma nova relação trabalhista, chamado de trabalhador terceirizado, ou “prestadores de serviços, promovendo a precarização do trabalho” (POCHMANN, 2001. apud SOUSA, p. 5). As novas formas de ocupação, terceirizados e informal, são nada mais que uma tentativa dos trabalhadores de sobreviver, diante dificuldade de conseguir um emprego formal (CARDOSO JR., 2001).

Para Cavalcante; Albuquerque; Jesus (2005) as políticas macroeconômicas fiscal e monetária contracionistas combinada ao aumento de oligopólios – como forma de manter a competitividade – foram responsáveis pelo aumento da precariedade das condições de trabalho¹⁵.

¹⁵“Precarização das condições de trabalho – Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização é identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria” (MATTOSO, 1999, p. 8).

De acordo com Mattoso e Baltar (1996) devido à abertura comercial, as empresas nacionais se depararam com a competitividade do comércio internacional, elas transferiram responsabilidades que eram tidas como muito custosas, para os empregadores terceirizados que não ofereciam aos trabalhadores condições mínimas de trabalho, pois eles não estão inseridos numa legislação trabalhista, além destes sonegarem impostos, a jornada de trabalho é elevada em relação à jornada-padrão, o que define essas ocupações como precárias.

Durante a década de 1990, a informalidade aumenta violentamente chegando a atingir cerca de 60,0% da população ocupada, isso foi devido às políticas recessivas adotadas pelo governo ao longo da década, além da tentativa de organização das forças produtivas de adaptar-se a nova forma de mercado, imposto pela abertura comercial, implicando numa elevada heterogeneidade do mercado de trabalho, que se dá pela piora das condições ocupacionais, podendo ser observada como “produto da passagem” das ocupações formais para informais (CARDOSO JR., 2001, p. 42).

Com a elevação do desemprego a nível exorbitante, o governo tentou reverter esse quadro, através de programas vinculados ao SPE, tais como Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o de mais destaque era o Programa Nacional de Formação Profissional (Planfor)¹⁶. O problema era que esses programas vinculados ao SPE beneficiavam apenas trabalhadores registrados, ou seja, os trabalhadores informais não recebiam esses incentivos vindos do SPE (CARDOSO JR, 2000). Portanto, diante da crescente elevação da informalidade, as políticas voltadas para o emprego formal atreladas ao SPE não funcionam, somente políticas efetivas com estímulos a criação sustentada de empregos, é que irá reverter o quadro da informalidade no Brasil.

Mattoso e Baltar (1996) afirmam que a situação em que o mercado de trabalho se encontra durante a década de 1990, heterogêneo e flexível, é a razão pela qual há dificuldades na geração de empregos formais. Conforme Cardoso Jr. (2001) a desregulamentação do mercado de trabalho durante a década de 1990 acontece em paralelo à desestruturação do mercado de trabalho, em que estão inseridos numa ampla reforma estrutural, incluindo a

¹⁶ “No que diz respeito ao Planfor, cuja meta é treinar 20% de toda a PEA a cada ano, visando aumentar a empregabilidade da força de trabalho, que busca se manter ou se recolocar no mercado, verifica-se um percentual de pessoas efetivamente treinadas muito baixo até 1999, pouco superior a 3% da PEA. Além disso, parece baixo o grau de integração do Planfor com outros programas do SPE, como pode ser confirmado pelas seguintes situações: do total de treinandos em 1997, 28% estavam cobertos pelo seguro-desemprego, vinculação esta que caiu para apenas 9% em 1998 e 6% em 1999; (b) também baixo e irregular foi o grau de integração dos beneficiários do seguro-desemprego que acessaram algum tipo de treinamento concomitante, em torno de 5% em 1998 e de 3,7% em 1999; (c) do total de treinandos, um número muito pequeno de pessoas estavam vinculadas ao Proger, cerca de 6% em 1997 e apenas 3,8% em 1999. Por outro lado, o maior grau de integração existente no Planfor se deu com o desemprego, pois cerca da metade dos treinandos entre 1996 e 1999 eram pessoas desocupadas” (CARDOSO JR, 2000, p. 220).

reforma do Estado, tais como abertura comercial e privatizações. Para o autor, em relação à remuneração do trabalho, as políticas desenvolvidas pelos governos desde 1989 têm o intuito de diminuir cada vez mais a participação do Estado nas negociações entre os empregados e empregadores.

Um dos fatos interessantes da tabela 9, é a taxa de precarização que se apresenta referente ao período considerado, onde segundo o autor 2/3 dos empregos na época eram ocupações precárias (MORETTO E POCHMANN, 2006, p. 39). O desemprego que em 1979 era de 2,7%, em 1999 aumenta vertiginosamente para 10,1%, mostrando que de fato a década de 1990 foi a década da crise do emprego urbano.

Para Cardoso Jr. (2000) a precarização é inerente ao fenômeno da informalidade. Ele observa que na década de 1990, a precarização das ocupações tidas na informalidade, foi preocupante, embora ela estando presente também nas ocupações com carteira assinada, mas se mostra em menor número. No entanto, na informalidade a precariedade se acentua, se mostrando, tanto nas relações de trabalho¹⁷, como também nas condições da qualidade da ocupação.

Tabela 9: Brasil: Evolução da População Economicamente Ativa, da Condição de Ocupação e do Desemprego entre 1979 e 1999.

Itens	1979	1999	Variação Absoluta Anual (em mil)	Variação Relativa Anual (em %)
PEA	100,0%	100,0%	1.529,1	2,6
PEA Ocupada	97,3%	89,9%	1.206,7	2,2
Empregador	3,7%	3,8%	60,4	2,7
Conta Própria	21,2%	21,9%	350,8	2,8
Sem Remuneração	11,8%	8,8%	66,4	1,1
Assalariado	60,6%	55,4%	729,1	2,1
- Com Registro	36,3%	33,8%	460,1	2,2
-Sem Registro	24,3%	21,6%	269,0	2,0
Desempregado	2,7%	10,1%	322,5	10,2
Taxa de precarização*	35,7%	40,8%	739,7	3,3

Fonte: Moretto e Pochmann (2006, p. 40). Elaboração Própria. *soma de: conta própria, sem remuneração e desempregado.

¹⁷“Precarização das relações de trabalho – processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais” (MATTOSO, 1999, p. 8).

As ocupações precárias são as opções que os trabalhadores têm diante do desemprego latente na economia durante a década de 1990. A precarização das condições de trabalho aumentou ao longo da década de 1990, devido à ausência da intermediação do Estado nessas ocupações, que acaba por promover uma maior flexibilização das relações de trabalho, em que a demissão e admissão de mão-de-obra, promovem uma maior rotatividade no trabalho, aumentando as disparidades entre capital e trabalho. Portanto a alta taxa de rotatividade mostra ocupações de qualidade muito inferior, além de essas ocupações possuírem, pouco ou quase nenhum investimento em recursos humanos. O que complica ainda mais a situação é a falta de especialização da mão-de-obra, que dificulta a ascensão de uma carreira e de um maior salário (CARDOSO JR., 2001).

Quanto à qualidade dos postos de emprego, um fator relevante a ser analisado é o tempo de permanência no mesmo emprego. Onde cerca de 40% dos trabalhadores ocupados saem ou são despedidos do emprego em menos de um ano.

Para Baltar (1996, p. 84) o Estado permitiu que a decisão de contratação, demissão e remuneração ficasse a cargo do empregador, regulamentando apenas os “aspectos gerais da compra-venda de trabalho”, implicando numa maior rotatividade e baixa remuneração do trabalho, prevalecendo a “heterogeneidade em termos de produtividade”.

A taxa de rotatividade em 1989 era de 7,3% em 1999 elevou-se para 24,8% (POCHMANN, 2001). Os postos de trabalho que possuem alta rotatividade são preenchidos por trabalhadores com nível escolar inferior e pouca qualificação profissional, dificultando a manutenção do vínculo empregatício. A maioria desses trabalhadores é proveniente do êxodo rural intenso, em que vários postos de trabalho gerados não exigiam qualificação, sendo ocupados por esse tipo de trabalhador (BALTAR, 1996).

Para Baltar (1996) um dos responsáveis pela diminuição do emprego formal é o fenômeno da terceirização de atividades produtivas que antes eram desempenhadas pelos funcionários dentro da empresa, essas atividades agora eram desempenhadas por pequenas empresas ou por trabalhadores por conta própria. Diante disso, a geração de empregos informais era proveniente de uma diminuição dos empregos formais.

Conforme Cardoso Jr. (2001, p. 41) o fenômeno da terceirização já se apresentava desde 1980, e em 1990 apresentava “taxa média de crescimento decrescente, de 4,8% a.a. entre 1981-1985, 3,7% a.a. entre 1986-1989, 1,8% a.a. entre 1990-1993 e 1,2% a.a. entre 1995-1998”. Para Santos, G (2008, p. 157) entre 1995 e 2005 houve um aumento em 127% no segmento referente à terceirização formal – recebia salário de uma empresa, trabalhando em

outra–, que em 1995 eram 1,8 milhão de terceirizados formais em 2005 subiu para 4,1 milhões.

Com a desvalorização do Real em 1999 e a redução dos juros básicos da economia em 2000, permitiu um pequeno aumento do emprego industrial, rompendo com a crescente absorção de mão-de-obra pelo setor terciário (CARDOSO JR., 2001).

De acordo com Cardoso Jr. (2001) desde a década de 1980 os rendimentos médios do salário são marcados pelas oscilações que em curto prazo tem um aumento (quando são inseridos os planos de estabilização), e posteriormente entra em estagnação na década de 1990, após a implantação do real, onde os níveis voltaram ao mesmo observado antes de 1994. Portanto, a partir de 1994 (com o fim dos mecanismos e políticas de indexação salarial) os rendimentos dos salários passaram a depender da “dinâmica do mercado de trabalho, bem como da ação sindical” (POCHMANN, 2001, p. 129).

Pochmann (2001) afirma que, diante da crescente concentração de renda em 1990, o governo induz de que uma melhora na distribuição de renda no país, somente seria possível se houvesse a abertura financeira, a flexibilização do mercado de trabalho e a desregulamentação financeira, a privatização e a reformulação do papel do Estado no âmbito econômico com a inserção de um novo modelo de desenvolvimento, fato que não ocorreu. Houve uma piora na distribuição de renda, que para o autor essa queda nos rendimentos é devido à alta taxa de desemprego, de desassalariamento¹⁸ e da crescente geração de empregos de condições precárias, e que mesmo o país alcançasse um crescimento sustentado, com geração de empregos ajudaria, mas não seria suficiente para haver uma melhora da situação da desigualdade de renda.

Com relação à desigualdade de renda um fator ponderante de análise é a relação do rendimento trabalho com o poder aquisitivo do salário mínimo ao longo dos anos. Portanto podemos observar que a crescente desigualdade de renda, a pobreza, o desemprego e a informalidade têm profunda ligação com a diminuição do poder aquisitivo do salário mínimo em relação ao rendimento do trabalho.

De acordo com Pochmann (2001, p. 130-131 e 145) as décadas de 1940 e 1950 houve por parte do Estado a manutenção de uma política com intuito de manter o “valor real do salário mínimo”, e o rendimento do trabalho na renda nacional no mesmo período ficou praticamente inalterado. Enquanto nos anos de 1960 e 1970 é constatada uma pequena queda do rendimento do trabalho, juntamente com o poder aquisitivo do salário mínimo. Com isso, a

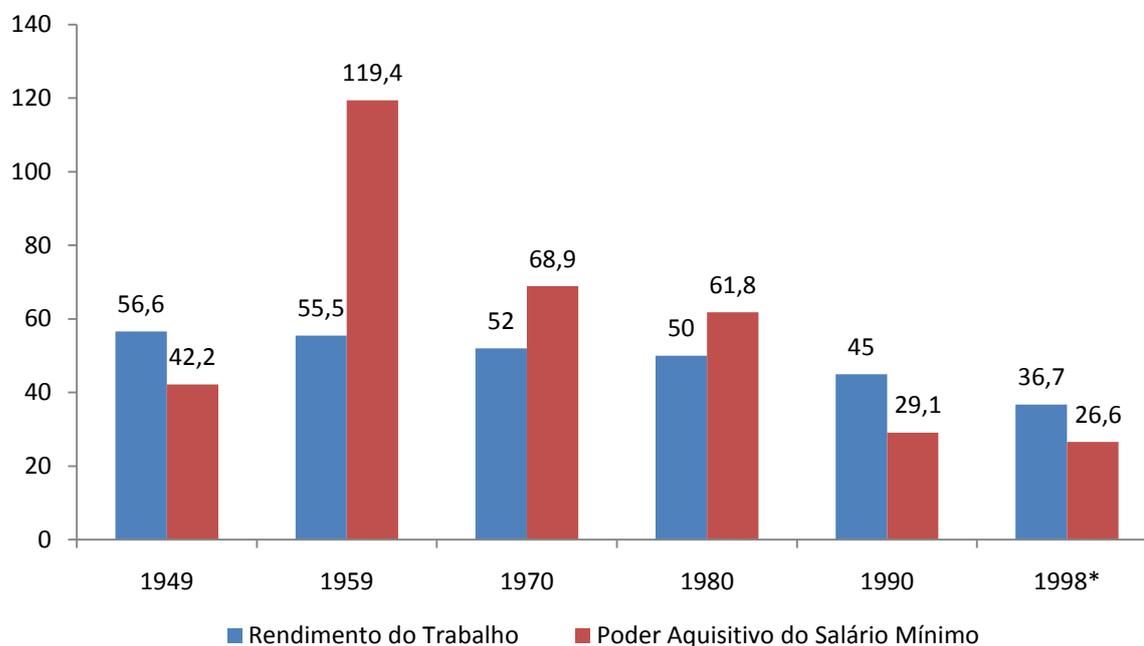
¹⁸Segundo Pochmann (2001, p. 98): é a “queda na relação entre assalariados e o total de ocupados”.

partir da década de 1940 podemos observar a tendência de queda do rendimento do trabalho ao longo dos anos, bem como a perda do poder aquisitivo do salário mínimo a partir de 1960 (ver gráfico 2). Isso mostra que o crescimento econômico alcançado naquele período (1940-1970) foi para a burguesia e não para o trabalhador. O Estado por sua vez, não criou políticas sociais adequadas de transferência de renda, por outro lado, ele assegurou baixos salários e custos para a burguesia. Portanto, desde 1960 há uma ausência do Estado na tentativa de reverter à trajetória da queda dos rendimentos do poder aquisitivo do salário mínimo, bem como o combate a desigualdade de renda e a pobreza.

O autor ainda destaca que está previsto na Constituição de 1988, que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, tais como alimentação, moradia, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, entre outros, instituindo o reajuste periódico para que não se perca o poder aquisitivo do salário mínimo. Que diante da realidade brasileira não vem sendo cumprida, pois o salário mínimo é insuficiente para atender todas as necessidades elencadas.

A pobreza e a miséria aumentaram consideravelmente, a concentração de renda também, pois ela já era alta no passado, na década de 1990 ela aumenta ainda mais. Depois de sucessivos ajustes fiscais e o reaparelhamento do Estado, a situação se agrava, a saúde e outros serviços que dependiam dos recursos do Estado ficaram comprometidos. Foram criados alguns programas sociais, mas sem estratégia, além da dificuldade de atender o público-alvo, além de sua eficácia ser limitada, depois da desestruturação produtiva e do mercado de trabalho (MATTOSO, 1999).

Gráfico 2: Brasil: Evolução da distribuição funcional da renda nacional e do poder aquisitivo do salário mínimo (100,0=1940)



Fonte: Pochmann (2001, p. 131). *Estimativa. Elaboração própria.

A desigualdade socioeconômica no Brasil aumentou consideravelmente diante da inserção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, agravou ainda mais a situação (BALTAR, 1996).

Cardoso Jr. (2000) destaca a priora distributiva da renda, diante de uma desestruturação do mercado de trabalho, onde dois fatores são determinantes: a ausência de movimentos sindicais organizados, falta de uma política pública de transferências de renda e de uma política proteção social, que reflita em ganhos reais para os salários; a nova dinâmica capitalista inserida no país como novo modelo de desenvolvimento, que não agrega ganhos para os trabalhadores em termos reais e não consegue absolver a mão-de-obra abundante durante esse período.

De acordo com Pochmann (2001, p. 100) enquanto o PIB cresceu a uma taxa de 0,6% no ano de 1999, no mesmo ano registrou-se uma queda da renda do trabalho em 7,1%. Portanto, mesmo após a estabilização do real, não foi possível reverter à trajetória de aumento da desigualdade de renda.

Conforme Mattoso (1999, pg. 22), aproximadamente 57 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza, além de que entre 16 e 17 milhões vivem em condições de miséria absoluta.

Quanto à solução de diminuir a desregulamentação do mercado de trabalho, Moretto e Pochmann (2006, p. 43) afirmam:

O efeito das medidas institucionais voltado para o cumprimento da legislação trabalhista, capaz de regularizar o processo de terceirização selvagem do emprego na economia nacional. Assim, a posição de várias instituições comprometidas com o cumprimento do marco legal do mercado de trabalho (ações do Ministério Público do Trabalho, decisões da Justiça do Trabalho, fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e a atuação dos sindicatos) terminou por contribuir também na reversão parcial do já avançado processo de desregulamentação do segmento organizado do mercado de trabalho (terceirização do trabalho pelo emprego sem carteira assinada, cooperativas fraudulentas, estágios irregulares, consultores, empresas de prestação de serviço comum só funcionário, entre outras).

Para Mattoso e Baltar (1996) a questão de solução para geração de empregos seria um crescimento econômico sustentado, melhora na distribuição de renda, apoio a pequenas empresas e empreendimentos, com estímulos através de crédito, de uma legislação que permita o registro e auxilie estes pequenos empreendedores na gestão da empresa, para assim estes influenciarem positivamente no mercado de trabalho, e impedir a contínua desregulamentação do mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações do mercado de trabalho foram positivas em alguns aspectos no período de 1930 a 1970, a CLT permitiu a valorização do trabalhador, embora diminuiu exploração (mas não acabou), os baixos salários da época foram devido ao intenso êxodo rural, em que o campo foi deixado de lado por muitos anos. A legislação trabalhista para o meio urbano dificultou as demissões de trabalhadores sem justa causa, permitindo uma proteção ao emprego. A criação da Justiça do Trabalho conferiu ao Estado o poder das negociações. O papel dos sindicatos nessa consolidação dos direitos trabalhistas foi de grande relevância, bem como na redemocratização do país. Tudo isso, permitiu a estruturação do mercado de trabalho, que é marcado por conquistas para os trabalhadores.

Mas após esse período, podemos dizer virtuoso, o mercado de trabalho começou a sofrer ao longo dos anos com as políticas que promoveram uma reestruturação produtiva, fazendo com que um enorme contingente de trabalhadores perdesse seus empregos, e os jovens que entravam no mercado de trabalho também não conseguissem seu primeiro emprego, e quando os trabalhadores conseguiam empregos, estes eram de condições precárias.

A explosão da informalidade e as condições precárias de ocupação marcaram a desestruturação do mercado de trabalho, bem como a flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas. O desemprego foi a consequência de políticas econômicas que promoveram uma abertura comercial, enquanto a reestruturação produtiva foi necessária a atender aos anseios da classe capitalista para uma melhor acumulação. Muitos que não conseguiram atender as exigências do mercado global fecharam suas fábricas. O Brasil que antes era um agente financeiro provedor de insumos para produção, a partir de 1990, passou a ser um agente regulador, promovendo um desmonte do Estado com reformas institucionais e fiscais. O mercado de trabalho que sofria com o desemprego não tinha condições de se reorganizar sem a atuação concisa do Estado, este por sua vez, tentava resolver o problema com programas sociais, mas a economia não correspondia, pois esta estava tentando se adequar as novas regras do mercado. Diante disso, as empresas nacionais não tinham condições de competir com empresas estrangeiras. A tecnologia pegou de surpresa os trabalhadores sem qualificação, permitindo somente a inserção de trabalhadores com qualificação, contribuindo para o aumento do desemprego. Tudo isso, fez com que o Brasil

piorasse os indicadores sociais, tais como pobreza e desigualdade social, gerando um enorme saldo de pessoas em condições de miséria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José. **Industrialização e emprego no Brasil**. Rio de Janeiro. 1974. 140 p. tab. (Brasil. IPEA/INPES. Relatório de pesquisa, n. 24).

BASTIAN, Eduardo F.. **O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo**. *Estud. Econ.* [online]. 2013, vol.43, n.1, pp. 139-166. ISSN 0101-4161. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v43n1/a06v43n1.pdf>> Acesso em: 02/08/2015.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil**. Economia e sociedade. Campinas: IE/UNICAMP, n. 6, jun. 1996.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Desenvolvimentismo, restrição externa e política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)**. Artigo. Sem data. Disponível em: <www.anpec.org.br/.../i2-bf37aac8cc07a5e9bdcc014652d3a74f.docx> Acesso em: 16/07/2015.

BATARRA, Fernando Watanabe. **O PAEG e o “milagre econômico” brasileiro**. Universidade de São Paulo. Monografia. Ribeirão Preto, 2010.

CANO, Wilson. **Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil**. Artigo. 38º Encontro Anual da ANPEC. 2012. Disponível em: <www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf> Acesso em: 22/01/2015.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. **A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC**. *Estud. Econ.* [online]. 2009, vol.39, n.3, pp. 513-538. ISSN 1980-5357. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n3/v39n3a03.pdf>> Acesso em: 27/07/2015.

CARDOSO JR., José Celso. **Desestruturação do mercado de trabalho e limites do Sistema Público e Emprego (SPE) no Brasil**. Artigo. 2000. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/1684/2050>> Acesso em 01/07/2015.

CARDOSO JR., José Celso. **Crise e desregulação do trabalho no Brasil.** *Tempo soc.* [online]. 2001, vol.13, n.2, pp. 31-59. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a03.pdf>> Acesso em: 20/07/2015.

CARVALHO, Aljihan Fernandes de. **Flexibilização e desregulamentação do trabalho no Brasil (1930- 2010).** Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292725>> Acesso em: 01/02/2014.

CAVALCANTE, Alberto Rocha; ALBUQUERQUE, Antônio Carlos de; JESUS, Cláudio Roberto de. **Dilemas da sociedade do trabalho.** Belo Horizonte, MG: Ed. Argvmentvm, 2005.

COLMÁN, Evaristo; POLA, Karina Dala. **Trabalho em Marx e Serviço Social.** Artigo de 2009. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/2009_2/Artigo%20evaristo.pdf> Acesso em: 14/08/2014.

COSTA, Márcia da Silva. **O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2005, vol.20, n.59, pp. 111-131. ISSN 1806-9053. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a08v2059.pdf>> Acesso em: 13/08/2015.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil.** Artigo. 2005. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 1 (97), pp. 94-111, janeiro-março/2005. Disponível em : <<http://www.rep.org.br/pdf/97-6.pdf>> Acesso em: 11/07/2014.

DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social.** *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp. 63-101. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2.pdf>> Acesso em: 10/08/2015.

GONCALVES, Paulo Cesar. **Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos.** *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2014, vol.34, n.67, pp. 283-308. ISSN 1806-9347. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a13v34n67.pdf>> Acesso em: 20/11/2014.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval; TONETO JR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2004.

GUIMARÃES JR, José Valdecy. **Um estudo das crises cambiais experimentadas pela economia brasileira na segunda metade da década de 1990, a partir do efeito contágio**. Dissertação de mestrado, UFPB-PPGE. João Pessoa, 2006.

HERMANN, Jennifer. **Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984)**. In: Giambiagi, Fabio et al. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 93-115.

KIRDEIKAS, João Carlos Vieira. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil: uma Análise da Legislação Sobre Locação de Serviços no Século XIX**. Artigo de 2003. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A23.pdf>> Acesso em: 11/07/2014.

LESSA, Carlos. **O Plano de Metas – 1957/60**. In: Quinze Anos de Política Econômica. Editora Brasiliense, 1981, p.27-117

LUZ, Alex Faverzani da; LUZ, Janaina Faverzani da. **O Processo Evolutivo da Legislação trabalhista Brasileira**. Artigo, 2010. Disponível em: <[www.upf.br/ppgh/download/1.Artigo - Alex e Janaina.doc](http://www.upf.br/ppgh/download/1.Artigo_-_Alex_e_Janaina.doc)> Acesso em: 16/07/2015.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969**. *Rev. econ. contemp.*, Dez 2006, vol.10, no.3, p.453-489. ISSN 1415-9848. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n3/01.pdf>> Acesso em: 03/08/2015

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Transformações Estruturais e Emprego nos anos 90**. Campinas: UNICAMP. IE. CESIT,1996. (Cadernos do CESIT,n.21).

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

MORETTO, Amilton; POCHMANN, Marcio. **A Retomada do Emprego numa Economia em Marcha Lenta: implicações para as políticas públicas de mercado de trabalho**. Artigo. 2006. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/97-6.pdf>> Acesso em: 18/07/2015.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/142.pdf> Acesso em: 17/07/2015.

POCHMANN, Marcio. **A Década dos Mitos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

SANTOS, Artur Tranzola. **Relações Brasil-Inglaterra pós-1845 e o tráfico de escravos: Bill Aberdeen e a Lei Eusébio de Queirós**. Universidade Anhembi Morumbi. Artigo 2013.

Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/2313>>

Acesso em: 04/10/2014

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. **Da escravidão à imigração: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil**. Artigo de 2008. Disponível em:

<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/121/124>> Acesso

em: 22/10/2014.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990**. *Pro-Posições* [online]. 2008, vol.19, n.2, pp. 151-161. ISSN 0103-7307. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a11v19n2>

Acesso em: 23/07/2015.

SOUSA, Marcio Miceli Maciel de. **A (des)estruturação do mercado de trabalho brasileiro: contribuições do intervencionismo e da reforma neoliberal no efeito sanfona**. Artigo. SD.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. *Rev. Bras. Econ.*, Jun 2008, vol.62, n.º.2, p.221-246. ISSN 0034-7140. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>> Acesso em: 03/08/2015.

VIEIRA, Jorge Edilson Reis. **Imigração italiana: economia cafeeira e industrialização no Brasil – 1890-1930**. Trabalho de Conclusão de Curso (Diretoria de projetos especiais: Projeto a vez do mestre) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:

<<http://www.avm.edu.br/monopdf/8/JORGE%20EDILSON%20REIS%20VIEIRA.pdf>> Acesso em:

10/10/2014